WWW.JORNALATOS.NET A SUA INFORMAÇÃO DIÁRIA

JORNAL ATOS

ANO 26 | R$ 1,50 | RMVALE, SÁBADO, 12 DE OUTUBRO DE 2019 | N.º 3.389

Justiça afasta Mota, Domingos assume e corta primeiro escalão

Contratação de escritório teria garantido esquema para fraude de R$ 33 milhões em arrecadação; processo tem apontamentos do Ministério Público e Tribunal de Contas

Fotos: Reprodução CMCP

R$ 33 milhões

Foi esse o valor apontado como déficit deixado pelo esquema entre o governo de Edson Mota e o escritório de advocacia Gradim. Investigação sobre fraude levou ao afastamento do prefeito por 180 dias.

Foto: Arquivo Atos

Fotos: Reprodução PMCP

A vereadora Dadá Diogo (autora da denúncia), o prefeito afastado Edson Mota (acusado pelo esquema que fraudou Cachoeira) e o agora prefeito Domingos Geraldo dos Santos

Uma decisão judicial ordenou o afastamento por 180 dias do prefeito de Cachoeira Paulista, Edson Mota (PL). Ele responde processo por contrato ilegal com o escritório de advocacia Gradim Sociedade Individual de Advocacia, antes conhecido como Castellucci e Figueiredo Advogados Associados. Na quinta-feira, Domingos Geraldo (PL) assumiu o Executivo, com demissões e promessa de "abrir a Prefeitura". O despacho da juíza da 2ª Vara de Cachoeira Paulista, Juliana Guimarães Ornellas, definiu ainda multa milionária para os envolvidos após investigação que apontou déficit de R$ 33 milhões ao Município. O processo mostrou que o Executivo firmou um contrato com o escritório Gradim, em 2017, anteriormente conhecido por Castellucci e Figueiredo Advogados Associados. De acordo com o Tribunal de Contas, a empresa assinou 173 contratos com várias prefeituras somente entre 2008 e 2013 para serviços de assessoria com o objetivo de reduzir o valor das dívidas previdenciárias com o Regime Geral da Previdência, mediante pagamento antecipado de honorários.

Pág. 5

Soliva faz 27 notificações à Oceano em dez dias

Com apenas dez dias, o novo contrato de prestação de serviços do Transporte Público de Guaratinguetá já foi alvo de 27 notificações da Prefeitura. Entre os apontamentos, faltas de documentos da empresa Rodoviário Oceano, responsável pelo serviço, e falhas em ônibus. Os envios foram confirmados pelo setor de Mobilidade Urbana, que fiscaliza os veículo na cidade.

Pág. 3

Passagem tem aumento de 16,5% em Cruzeiro

Fotos: Arquivo Atos

Ônibus do TUC, com nova tarifa

Um mês depois da conclusão da licitação do transporte coletivo em Cruzeiro, as novas tarifas propostas no edital já começaram a valer. Desde o último dia 6, os usuários de ônibus estão desembolsando R$ 3,80 na passagem, aumento de 16,5% em relação à tarifa que era cobrada.

Pág. 3

Justiça libera passarela do Tigrão em Aparecida

A juíza Luciene Belan Ferreira Allemand determinou o bloqueio de R$ 460 mil da CCR Nova Dutra, sob alegação de que a concessionária tem a responsabilidade de reformar a passarela que dá acesso ao bairro Perpétuo Socorro, em conjunto com a Prefeitura de Aparecida. Foi determinada ainda a abertura da passarela metálica usada pelos moradores, fechada desde o fim de julho. Para a juíza, após análise da engenharia, apesar do acesso ter muitas áreas enferrujadas, a estrutura principal que sustenta a passarela não está afetada e não há risco de queda da via.

Pág. 3

Fotos: Marcelo Augusto dos Santos

Escolas de samba de Guará pedem aumento de 40% do repasse para desfiles de 2020

As seis escolas de samba de Guaratinguetá pediram oficialmente um reajuste de 40% sobre o valor pago pela Prefeitura para o repasse, atualmente, fixado em R$50 mil para cada escola. A proposta é aumentar o valor para R$ 70 mil, o que não foi bem aceito na Prefeitura, que busca solução para atender às agremiações. A Oesg (Organização das Escolas de Samba) confirmou o pedido. Em um primeiro momento, a resposta do governo de Marcus Soliva (PSB) foi negativa, mas de acordo com Tiago Domingos, vice-presidente da Oesg, existe a possibilidade de reforçar os cofres das escolas de samba por meio de ações das próprias agremiações, com eventos como shows e festas. Uma das ideias debatidas durante a semana em Guaratinguetá seria a de repassar às escolas o valor arrecadado com a venda de camarotes.

Pág. 8

Fotos: Arquivo Atos

Desfile da Acadêmicos, em 2019; escolas pedem mais R$ 20 mil

SÉTIMA ARTE

Aparecida recebe neste fim de semana cerca de 340 mil fiéis. Somente para o sábado, quando é comemorado o dia de Nossa Senhora Aparecida, Padroeira do Brasil, a expectativa é de que o Santuário Nacional abrigue 170 mil romeiros. Entre os setores com maior expectativa, o hoteleiro mantém prognóstico positivo, com ocupação de leitos de hotéis e pousadas atingindo 85%.

Pág. 9

Ubatuba amplia opções para quitar impostos municipais

Tentando reduzir o número de moradores inadimplentes com os impostos municipais, a Prefeitura de Ubatuba, desde a última semana, passou a aceitar o pagamento dos tributos através de cartão de débito e crédito. A alternativa permite aos contribuintes parcelarem as taxas em até 12 vezes. Além de alvarás de funcionamento para estabelecimentos comerciais, a mudança possibilitará que sejam pagos pelo cartão os tributos IPTU (Imposto Territorial e Predial), ISS (Imposto Sobre Serviço), ITBI (Imposto Sobre a Transmissão de Bens Imóveis).

Pág. 4

Atos e Fatos

Márcio Meirelles

"Brasília é cheia de intrigas"

Sergio Moro, ministro

A LAVA-JATO NO PAREDÃO

A campanha por alguns órgãos da imprensa contra a Lava-Jato sugere ao eleitor/leitor dúvidas sobre a lisura das ações contra os corruptos.

Na verdade, a Lava-Jato, como concebida, difere de tudo que se fez no país no combate a corrupção e corruptos.

Houve uma cronologia natural iniciada com jovens juízes e procuradores com boa formação jurídica e preparados tecnicamente para o combate ao crime moderno em um mundo cibernético.

A ampliação do conhecimento jurídico afastando-se da base do direito romano e se fundamentando também no direito anglo-saxônico e o alemão.

Novos conceitos jurídicos, a especialização do crime do colarinho branco, com o processo de informatização e a disponibilidade de ação junto a organismos internacionais de combate ao crime organizado, quando a nossa prática era apenas policial. Os jovens juízes e procuradores de Curitiba falam inglês e não mais o latim.

Por outro lado, o aparelhamento do Estado pelo partido dos trabalhadores e a quadrilha organizada para o assalto do Estado brasileiro contava com a instrumentalização do Congresso Nacional através do expediente do "mensalinho" e o" mensalão".

A tranquilidade da proteção judicial, já que havia uma maioria de juízes e ministros protetores da causa, e o imenso recurso financeiro para eventuais situações de pressão.

A segurança na proteção do ilícito era tanta que os condenados pelo mensalão continuavam praticando ações delituosas.

A garantia de que a sociedade não interferiria no processo de caça aos corruptos nos moldes dos tempos sem internet e do total conhecimento da causa.

Na história republicana brasileira nunca se soube quem eram os ministros do Supremo Tribunal Federal, magistrados da Justiça Federal e o desconhecimento do aperfeiçoamento eficiente e do primoroso corpo técnico da Polícia Federal.

Os novos instrumentos de investigação como a delação premiada, a leniência, a devolução dos recursos desviados, modernizando o processo penal brasileiro, deve-se a Lava-Jato.

Os corruptos e corruptores sentiam-se protegidos pelos meandros e filigranas do Supremo Tribunal Federal e de uma sociedade que convivia com os políticos corruptos elegendo-os com frequência. Desnecessário citar os nomes, pois atualmente a sociedade os identifica com muita facilidade e os repudia.

Outro aspecto que iluminou a sociedade é sobre a celeridade da solução dos casos onde a prescrição e a caducidade dos delitos, uma característica da justiça brasileira, bem como, o cipoal recursal na salvaguarda dos criminosos ricos e influentes.

A figura do juiz Sergio Moro, cidadão, professor de Direito, usando a sua bicicleta para se deslocar pela cidade criativa de Curitiba é totalmente inovadora quando comparado aos seus colegas.

O seu perfil simples, originário de uma família classe média, acessível às pessoas que o procuram. Difere da classe dos magistrados brasileiros que se dividem em duas classes: uns acham que são Deus e a outros a certeza de que são Deus!

"...eles são contra a imagem de Sergio Moro ou a lama começa a tocar nas togas? "

A coragem ao enfrentar corruptos como um ex-presidente, um presidente em exercício, o presidente do Senado, da Câmara dos Deputados, empresários influentes, políticos tradicionais e não houve um caso de pleito de injustiça. Um feito brilhante e inédito no país.

Daí, a sua popularidade construída com o acesso da sociedade à informação e o conhecimento de como funciona o judiciário brasileiro.

Em um dos programas de rádio, de grande audiência, uma ouvinte manifestou a sua opinião de que era mais feliz quando não sabia nada sobre o funcionamento do Congresso Nacional e da Justiça brasileira.

Este é o sentimento da sociedade quanto a proteção da Justiça e de nossos representantes que se isolam das necessidades e do clamor de seu povo. Só agem sobre pressão das ruas!

A sensação de desproteção, isolamento e a clareza no processo de destruição da Lava-Jato por políticos influentes e pelo Supremo Tribunal Federal, o guardião da sociedade.

Enfim, a sociedade identifica na figura de Sergio Moro de como deveria ser o magistrado brasileiro, reconhecido pela sociedade brasileira e internacionalmente.

Se os políticos na Itália destruíram a "Operação Mãos Limpas", no Brasil a Lava-Jato vai ser destruída pela Justiça!

A grande dúvida: eles são contra a imagem de Sergio Moro ou a lama começa a tocar nas togas?

Em Baixa

Cachoeira Paulista – A Câmara Municipal, que na contramão da Justiça, quando teve oportunidade de investigar o contrato da Prefeitura com a Castellucci (no passado) Gradim (na atualidade) que tomou cerca de R$ 33 milhões dos cofres públicos, se fechou à denúncia um morador que pedia uma CPI para o caso. O que os vereadores, em sua maioria, ignoraram, o Ministério Público levou a sério a pedido de Dadá Diogo, e conseguiu o afastamento do prefeito Edson Mota do cargo, protegido pelo Legislativo, porém, vulnerável diante do Judiciário.

Em Alta

Guaratinguetá – A Associação Comercial, que soube ocupar seu espaço junto a Prefeitura na importante missão da retomada do estacionamento rotativo na cidade. De forma positiva, o órgão que representa o PIB do município, através de seu presidente Ricardo Teberga, foi uma das bases de incentivo ao prefeito Marcus Soliva para a seleção de parceiros no processo licitatório, com possibilidade de oferecer o melhor à população local e regional que movimenta um dos comércios mais pujantes proporcionalmente do Vale do Paraíba.

Bastidores da Política

Balão de ensaio

Já dão por certo pelos cafezinhos de Guará que o pessoal da 'provisória' atual do PSL local está fazendo planos para eleição de 2020 contando com o ex-secretário estadual da Educação (governo de Alckmin), Herman Voorwald, como possível pré-candidato ao Executivo. Pelo que se ouviu, o plano é ter Herman com destaque no 'carro alegórico' para tentar pelo menos duas vagas na futura Câmara. Disseram que a maior dificuldade do grupo será ensinar os eleitores da periferia a pronunciar o nome do prefeiturável...

Juntos & misturados

Corre na boca pequena de Guará que os tucanos estão tentando viabilizar dois passos importantes para a eleição do ano que vem, contando com Argus Ranieri. O primeiro, o mais fácil, será estabelecer uma aliança do PSDB com MDB para compor a majoritária; o segundo, ainda rendendo apostas no mercado político, seria transferir a filiação de Argus para o PSDB deixando o MDB na carona. A justificativa é a de sempre: faz parte da estratégia do governador João Doria para 'presidenciar' no futuro. Perguntem ao Pazzini!!!

Argus Ranieri

Termômetro

Vários eleitores de Lorena foram abordados esta semana, numa consulta sobre a eleição do ano que vem. O que mais chamou atenção, segundo os bem informados, foi o ex-prefeito Aloísio Vieira entre os nomes consultados na lista estimulada. Talvez isto explique os rumores de que o Dragão está ansioso para retornar com seu domicílio eleitoral para Terra das Palmeiras Imperiais...

Perguntar não ofende

Quanto custou a catraca eletrônica que o ex-presidente, o 'enTão' do Vaguinho, mandou instalar na Câmara de Lorena, no apagar das luzes do seu 'reinado'? E por que o sistema de crachá – a princípio para controlar quem entra ou sai – que custou uma fortuna, foi suspenso assim que a Casa 'mudou de mão'? Ah! Quanto tempo vai demorar para a tal catraca ser entulhada naquele quartinho embaixo da escada?

Perguntar não ofende II

Quanto a Câmara de Lorena continua pagando mensalmente àquela 'agência de publicidade', criada e contratada no início do período 'enTão' ex-presidente – para fazer a partilha, e que continua ativa e 'operante' agora com Maurinho Fradique no comando do 'cofre', que por sinal, contará com cerca de R$ 12 milhões de duodécimo somente este ano???

'enTão...'

A espera de um milagre

Parece que a prefeita de Aparecida, Dina Moraes, se equipara aos milhares de romeiros que visitam a cidade, ou seja, em busca de milagres. Comenta-se que na reza do Padre Nosso, quando chega no 'livrai-me do mal', ele está parafraseando: "da justiça e dos secretários dissimulados que herdei"; na parte do 'venha ao seu reino', ela troca: "em minha Prefeitura"; no termo da vossa vontade, ela está pedindo: "seja feito que, quando eu mandar, todos obedeçam". Ah! O milagre, que a cidade ande e ela, quem sabe, consiga ser candidata...

Excesso de futuro

O mercado político de Pinda, ou melhor, os saudosistas do MDB da cidade reagiram à notícia de que as tratativas da filiação do ex-prefeito Vito Ardito já estaria na fase de visita oficial ao gabinete do deputado Caruso, na Assembleia Legislativa, o que não aconteceu ainda. Parece que os entusiastas do ex-prefeito anteciparam algumas fases – do nome de Vito Ardito ser mencionado numa reunião, como uma possível e futura aliança, a realidade de que até o momento tudo não passa de mera especulação. Perguntem ao Norbertinho!!!

Tragédia anunciada

A notícia da suposta filiação do ex-prefeito de Pinda, Vito Ardito, no MDB, correu como 'rastilho de pólvora' no mercado político, provocando até reuniões de emergência em algumas candidaturas da cidade. Avaliaram que, se já estava difícil enfrentar Isael Domingues que corre o trecho em busca de sua reeleição, a dificuldade será pior se o 'Vitão' se alinhar com Torino do MDB. Perguntem ao Luiz Rosas!!!

Realidade ou fake?

Vazou nas redes sociais de Guará uma foto da ex-presidente da ACEG Marcia Molina a 'tira-colo' com Junior Filippo, durante um encontro promovido pelo prefeiturável, dias atrás. A dúvida sobre um eventual trabalho de fake é que mesmo ela tendo sido comissionada no governo passado do Coronelzinho, no 'frigir dos ovos' da última eleição, optou pelo palanque de Argus. No Ponto Chique a indagação: "quem trai uma vez, continua traindo?"

Criatura superando...

...o criador Em tempos passados em que a população de Lorena pensou ter visto de tudo com as mazelas do professor Elcio Vieira, durante vários mandatos de vereador, inclusive quando impediu a Sucos Del Vale de ser instalada na cidade, veio o governo do Doutor Paulo Neme com a revelação do pior: Elcinho. Com diminutivo apenas no nome de guerra, Elcinho, após desgraçar a saúde política, financeira e emocional de Neme, deixou também um legado negativo no Legislativo na época entre corruptos e corrompidos. Para fechar a realidade do hoje e o ciclo em comparação ao quadro genético da política familiar em questão, enquanto o pai no passado expulsou a Del Vale de Lorena, o filho – sob a estigma do escracho – impede a Prefeitura de conseguir R$ 10 milhões para obras que resolveriam as inundações de vários bairros periféricos e demais benfeitorias de infraestrutura. Quem compara vota; ou melhor, não vota!!!

Elcinho Vi...ra

O que muitos querem saber

Com a Prefeitura de Pinda anunciando oficialmente esta semana o cancelando do concurso público que rendeu mais de 32 mil inscrições à empresa que aplicou as provas e falhou nos procedimentos, como fica a CEI instaurada na Câmara, por obra e graça dos 4R's – Rafael, Renato, Ronaldo e Roderley, que tinha a finalidade de apurar responsabilidades? Será que mesmo com a morosidade da investigação do Legislativo, o relatório vai reforçar a tese para que a IUDS restitua os valores das incrições aos candidatos? Ou a motivação da CEI foi apenas para aproveitar o assunto em evidência na época???

Renato, Rafael, Roderley e Ronaldo

Já pode pedir música

Pela terceira sessão consecutiva, os vereadores de Pinda conseguiram a proeza de não apresentarem ou discutirem sequer um projeto relevante. A apatia e "sonolência" dos parlamentares rendeu até mesmo piadas pelas rodas políticas do Mercadão, onde alguns espirituosos brincaram que a Câmara já pode até "pedir música no Fantástico".

Coisa de Sato...

No mês em que Ubatuba completa 382 anos, o prefeito Délcio Sato buscou uma maneira inédita para comemorar e homenagear a cidade: uma obra inaugurada ou anunciada a cada dia. Além de uma nova escola e da reforma de unidades de saúde, o chefe do Executivo entregará à população quadras esportivas, vias da região sul pavimentadas e um moderno sistema de iluminação nas orlas de duas praias. Ah! Junto com as obras, uma programação especial com apresentações artísticas, exibições de filmes e palestras. É a primeira vez que as famílias – principalmente da periferia – ganharão tantos motivos para comemorarem o aniversário de Ubatuba.

Pavimentando a reeleição

Tem gente convencida que afirma que a parceria entre o prefeito Isael Domingues e o deputado André do Prado (ambos do PL) é de longe, a que mais rendeu à Pinda nos últimas tempos. Um financiamento estadual de R$ 4,2 milhões, destinados a compra de maquinários e melhorias na pavimentação de diversos bairros, saiu do papel e se tornou realidade dias atrás. Com mais esta melhoria, até a oposição é unânime em dizer que Isael segue 'asfaltando o caminho' rumo à reeleição.

De malas prontas

Quem arrumou 'as malas' rumo à capital paulista nesta quinta-feira foi o prefeito Edson Mota, segundo comentários das rodas políticas. Após ser afastado do cargo por 180 dias, disseram que não lhe restou nada a fazer em Cachoeira, a não ser 'arrumar as mala$' para montar acampamento nas proximidades do Tribunal de Justiça, na esperança de que alguma 'alma caridosa' da 2ª Instância se compadeça de sua situação. Afinal, a juíza que fundamentou seu afastamento acatou dados do Ministério Público que somam cerca de R$ 33 milhões de recursos extraídos dos cofres da Prefeitura da sofrida Cachoeira Paulista. A dúvida é se com essa dinheirama toda, vai sobrar 'roupa' para arrumar as malas para Brasília. São Paulo, não se compadeça de suas preces...

Mão amiga

Buscando contribuir com comerciantes e barraqueiros que vivem do turismo na Ilha das Couves, o prefeito de Ubatuba, Délcio Sato, e sua equipe têm prestado apoio para que eles se adequem às normas ambientais exigidas pelo Ministério Público. A favor do uso sustentável do local e contra o desmatamento, Sato direcionou diversas reuniões sobre sustentabilidade e cuidados com o ponto turístico.

Expediente

Jornal Atos
CNPJ 00.159.914/0001-06
Registro Civil: Cartório de Registros e Anexos - Guaratinguetá nº 9 - Fl 25 - Lv B-1
Oficial de Reg. de Tit. e Doc. Civil de Pessoas Jurídicas de Lorena - SP nº 27 Prot. Of. A-1, Lv. B-1, Fl. 29
www.jornalatos.net / e-mail.: atosdiario@gmail.com

EDITOR: EDER BILLOTA
Escritório Adm.: R. Mal. Deodoro da Fonseca, 173 - CEP.: 12401-010
Tel.: (12)3522-9571- Pindamonhangaba
Escritório Logística.: R.Dr. Carlos Santos, 83 CEP.: 12505-010/ Tel. (12) 3133-3257 Guaratinguetá
Central de Redação e Gráfica: Estrada Santa Teresinha, 301 - CEP.: 12.608-100 - Lorena-SP
Tels.: (12) 3301-5005/3152-2148

Representante em São Paulo-SP: Revesp Representações - Tel.: (11) 5051-4611
Circulação: Aparecida - Cachoeira Paulista - Canas - Cruzeiro - Cunha
Guaratinguetá - Lorena - Pindamonhangaba - Potim - Roseira e Cidade do Vale Histórico

IMPRESSÃO: BILLOTA JORNAIS LTDA - ME
CNPJ: 06.304.064/0001-62 / INSCRIÇÃO ESTADUAL: 420.128.993-114
Oficial de Reg. de Tit. e Doc. e Civil de Pessoas Jurídicas de Lorena - SP nº 26 Prot. Of. A-1 Lv. B-1, Fl.

Mobilidade Urbana faz 27 notificações à Oceano em dez dias de contrato em Guará

Apontamentos de prestação de serviço mantêm clima de atrito entre Prefeitura e empresa responsável pelo TUG; reclamações vão desde lâmpadas queimadas em ônibus a atraso na entrega de documentos

Leandro Oliveira
Guaratinguetá

Com apenas dez dias, o novo contrato de prestação de serviços do Transporte Público de Guaratinguetá já foi alvo de 27 notificações da Prefeitura. Entre os apontamentos, faltas de documentos da empresa Rodoviário Oceano, responsável pelo serviço, e falhas em ônibus. Os envios foram confirmados pelo setor de Mobilidade Urbana, que fiscaliza os veículo na cidade.

De acordo com o secretário Marco Antônio "Major" de Oliveira, parte das notificações foram feitas após apontamentos de passageiros que decidiram denunciar as falhas encontradas.

Oliveira explicou que os apontamentos foram feitos para que as falhas sejam corrigidas. Não foi imposta nenhuma punição à concessionária que venceu a licitação, já que, segundo o próprio secretário, a empresa tem se adequado nesta semana e resolvido os problemas pendentes.

"São diversos assuntos, desde a parte de documentação, esfera administrativa, como também da verificação (dos ônibus). Nossa equipe de agentes de trânsito passou por um curso de especialização para verificar os ônibus. Você verifica extintor, plataforma elevatória, sinalização, lâmpadas com problema. Tudo que é quesito, desde o mínimo possível, estamos notificando, dando prazo. As primeiras notificações já tivemos retorno da empresa e já fizemos uma nova fiscalização", explicou o secretário.

Uma das cobranças feitas pela Prefeitura é referente aos licenciamentos dos ônibus. Foram apresentados trinta certificados, de um total de 38 veículos. "Já notificamos e estamos cobrando. Se não for apresentado dentro do prazo, já cabe advertência e posteriormente até mesmo uma multa é passível junto à empresa, mas a expectativa é de que para essa semana tenhamos toda a documentação e registro na cidade de Guaratinguetá", concluiu.

Fotos:Letícia Noda

Ônibus da nova frota da Oceano, que passou a circular na cidade na última quarta-feira; novo contrato garantiu reajuste para R$ 4,10 na tarifa

Resposta – O diretor da Rodoviário Oceano, Daniel Abdalla, foi procurado para responder sobre os apontamentos. Ele preferiu não gravar entrevista, mas esclareceu que as notificações são rotineiras do processo de vistoria, que vêm acontecendo há mais de um mês. As falhas estão sendo corrigidas pela empresa, segundo o diretor.

Ainda de acordo com Abdalla, a única pendência é a emissão de documentos por parte do Detran (Departamento Estadual de Trânsito de São Paulo). Informa que os documentos referentes ao emplacamento dos ônibus chegaram na última quinta-feira, e a empresa já teria protocolado na Prefeitura. Todos os veículos da frota precisam ser emplacados na cidade. O processo, segundo a Rodoviário Oceano, é normal e faz parte da rotina de concessionárias.

Paralela a questão de documentações e correções dos apontamentos, a Oceano precisa ainda quitar junto ao Município a outorga, fixada em R$ 2 milhões, até o dia 2 de novembro.

Atrito – As notificações vieram dias após o pedido da empresa para um novo reajuste na tarifa do TUG. A proposta é analisada pela Comissão Tarifária de Guaratinguetá. Após ter subido de R$ 3,50 para R$ 4,10, existe a possibilidade de nova alta no valor da passagem, para R$ 4,26. A empresa Oceano havia feito o pedido em agosto, e reiterou a solicitação há três semanas.

O novo contrato entre a Prefeitura e a empresa Rodoviária Oceano teve início no último dia 2, já com preço reajustado no valor da tarifa. Segundo Major, foi feita uma solicitação inicial pela empresa para reajuste entre julho e agosto. A proposta foi negada pela Prefeitura na época.

Entre os argumentos apresentados pela Oceano para o novo reajuste está o aumento no preço do diesel e a necessidade da qualificação da frota. A empresa chegou a destacar que o caso pode ser levado à Justiça.

Câmara pede contrato do TUG entre governo Soliva e Rodoviário Oceano

Requerimento solicita informações sobre idade e licenciamento de ônibus

Leandro Oliveira
Guaratinguetá

O transporte público de Guaratinguetá provocou novo debate na Câmara na última quinta-feira, os vereadores Fabrício Dias (MDB) e Marcelo Augusto de Assis, o Marcelinho da Santa Casa (PSD), assinaram um requerimento, cobrando o Executivo que envie a cópia do contrato de prestação de serviço com a empresa Rodoviário Oceano. Os parlamentares pedem explicações detalhadas sobre os ônibus que compõem a frota atual de veículos.

O acordo entre a Prefeitura e a Oceano teve início no último dia 2, seguido de reclamações de passageiros pelo aumento do valor da tarifa de R$ 3,50 para R$ 4,10. Na mesma semana, a empresa apresentou outra solicitação, desta vez para R$ 4,26, o que passa por análise da Comissão Tarifária da Prefeitura. A situação, de acordo com o grupo que administra a Oceano, pode parar na Justiça.

Apesar dos problemas com os valores da passagem, o foco da Câmara é outro. Os vereadores apresentaram o requerimento com base em reclamações de usuários do transporte público e devido ao número de ônibus quebrados recentemente. Na tribuna, Dias também cobrou toda a documentação de cada ônibus.

Em entrevista, Marcelinho da Santa Casa explicou que o pedido foi motivado pela necessidade de transparência para debater o serviço. "O contrato está feito e a gente tem que fazer cumprir. A gente aprovou, mas não foi encaminhado o contrato para que a gente tivesse conhecimento. Os projetos são autorizativos, mas de fato a gente não tem conhecimento do que vai ser feito depois da autorização dada", afirmou o vereador, que encaminhou um pedido por informações sobre o emplacamento e a documentação dos veículos.

Seguindo a mesma linha de Assis, Fabrício Dias reforçou que como existe um contrato entre a Prefeitura e a empresa Oceano, existem obrigações contratuais a serem cumpridas por ambas as partes. "Temos que exigir qualidade e quantidade de acordo com o que está previsto. O contrato tem uma previsão de idade dos ônibus (oito anos e média de seis), que não era o nosso pensamento. Defendíamos veículos mais novos. Precisamos saber se isso (renovação da frota) está acontecendo, pois desde o dia 2 já vimos vários ônibus quebrados, notícias de ônibus quebrados nesse período", justificou.

O requerimento solicita informações sobre idade dos ônibus e cópia do certificado de licenciamento de cada um dos veículos que compõem a malha rodoviária do município.

O Executivo tem 15 dias para encaminhar o documento ou responder os parlamentares.

Passagem de ônibus em Cruzeiro tem aumento de 16,5%

Após licitação, preço do transporte público passa a valer R$ 3,80; Prefeitura garante que veículos começaram a ser trocados

Rafael Rodrigues
Cruzeiro

Um mês depois da conclusão da licitação do transporte coletivo em Cruzeiro, as novas tarifas propostas no edital já começaram a valer. Desde o último dia 6, os usuários de ônibus estão desembolsando R$ 3,80 na passagem, aumento de 16,5% em relação à tarifa que era cobrada.

O reajuste já havia sido sinalizado pela administração municipal. O secretário de Desenvolvimento Urbano e Rural de Cruzeiro, Rodolfo Scamila, garantiu, em entrevista à rádio Pop, que não houve "simplesmente um aumento", mas sim uma correção da tarifa baseada nos critérios de disputa da licitação.

Ele destacou que o transporte público de Cruzeiro estava sem licitação pública oficial. Foi feito um processo e a empresa ganhou o certame com a tarifa, de acordo com os cálculos de viabilidade colocada no edital, ainda com o menor valor da região.

Ainda durante a entrevista, Scamila justificou que o edital foi estabelecido, atendendo parâmetros para que houvesse a concorrência, levando em consideração o número de passageiros, quilômetros rodados, gastos com combustíveis e o aumento dos valores dos combustíveis.

A Prefeitura de Cruzeiro finalizou o processo licitatório para contratação de uma empresa para operar o transporte coletivo no início de setembro. A ABC Transporte saiu vencedora do certame e continuará operando o sistema, mesmo com a insatisfação de parte dos usuários.

Foto: Arquivo Atos

Ônibus do transporte coletivo de Cruzeiro, que passou por reajuste de R$ 0,50 nesta semana; contrato recém-assinado tem duração de 15 anos

Uma das reclamações mais constantes dos moradores é a qualidade dos veículos e o tamanho dos ônibus disponíveis, que segundo os usuários, é menor do que os convencionais, acarretando em uma diminuição considerável das vagas.

Scamila disse durante a entrevista que muitos veículos já foram trocados, incluindo, 3 dos 4 micro-ônibus que eram alvo de reclamação dos moradores. A ABC Transportes, que estava à frente do serviço com um contrato emergencial, assumiu o transporte coletivo com um contrato de 15 anos.

Prefeitura amplia opções de pagamento de impostos municipais em Ubatuba

Tributos podem ser pagos pelo cartão de crédito e débito; medida busca conter inadimplência

Lucas Barbosa
Ubatuba

Tentando reduzir o número de moradores inadimplentes com os impostos municipais, a Prefeitura de Ubatuba, desde a última semana, passou a aceitar o pagamento dos tributos através de cartão de débito e crédito. A alternativa permite aos contribuintes parcelarem as taxas em até 12 vezes.

Além de alvarás de funcionamento para estabelecimentos comerciais, a mudança possibilitará que sejam pagos pelo cartão os tributos IPTU (Imposto Territorial e Predial), ISS (Imposto Sobre Serviço), ITBI (Imposto Sobre a Transmissão de Bens Imóveis).

Os moradores interessados em recorrerem a esta alternativa devem comparecer entre segunda e sexta-feira, das 9h às 15h, no posto de atendimento "Fácil", que fica na região central.

De acordo a Prefeitura, são aceitos os cartões das bandeiras American Express, Elo, Hiper, Hipercard, JCB, Mastercard e Visa.

O secretário de Fazenda e Planejamento, Ralph Luiz Soares, destacou os principais objetivos da iniciativa. "Com isso, oferecemos mais uma oportunidade, além de comodidade, para o cidadão pagar seus tributos e regularizar seus débitos junto á Prefeitura. Ao mesmo tempo, ampliaremos a arrecadação municipal, necessária para a execução de diversos serviços para a população".

De acordo com o chefe da pasta, está em fase de implementação uma ferramenta no site oficial da Prefeitura que possibilitará o pagamento pelo cartão através da internet. A expectativa municipal é que a opção comece a funcionar a partir da próxima semana.

Fotos: Divulgação PMU

Contribuinte busca setor tributário para acertar impostos; serviços têm novas modalidades de pagamento

Soares revelou dados sobre a atual taxa de inadimplência que o Município enfrenta. "No IPTU ela gira em torno de 37% a 39%. É o único imposto em que medimos a inadimplência, porque ele é lançado de ofício no início do ano, então é possível sabermos qual o total que deveria ser arrecadado".

Os contribuintes que optarem em seguir pagando os impostos no dinheiro continuam com a opção de imprimirem os boletos pelo site da Prefeitura. Já os que possuem dívidas com o Município, devem comparecer ao Paço Municipal para renegociar as pendências.

MPF cobra condenação de ex-prefeito de Pinda por fraude na merenda escolar

João Ribeiro é acusado de participação em esquema, que causou prejuízo superior a R$ 3 milhões para o Município

Lucas Barbosa
Pindamonhangaba

Após investigar denúncias de irregularidades no serviço de fornecimento de merenda escolar em Pindamonhangaba entre 2006 e 2010, o MPF (Ministério Público Federal) solicitou à Justiça na última semana a condenação do ex-prefeito, João Ribeiro (PPS), por crime de responsabilidade. Além do ex-chefe do Executivo, o órgão cobra que outros seis participantes do suposto esquema de superfaturamento devolvam R$ 3,29 milhões aos cofres municipais.

Instaurada em 2017, a ação do MPF analisou indícios de superfaturamento na compra de alimentos, pagamento indevido de serviços e a prorrogação ilegal do contrato de fornecimento entre a Prefeitura e a empresa Verdurama, terceirizada responsável em providenciar os ingredientes da merenda escolar oferecida aos alunos da rede municipal de ensino entre 2006 e 2010.

Além do ex-prefeito, o MPF também acusa de participação no suposto esquema fraudulento os ex-secretários Bárbara França (Educação), Marcelo dos Santos (Licitações) e Sílvio Serrano (Finanças). Completam a lista, os administradores da Verdurama Eloizo Durães, Olésio de Carvalho e Luiz César Ambrogi.

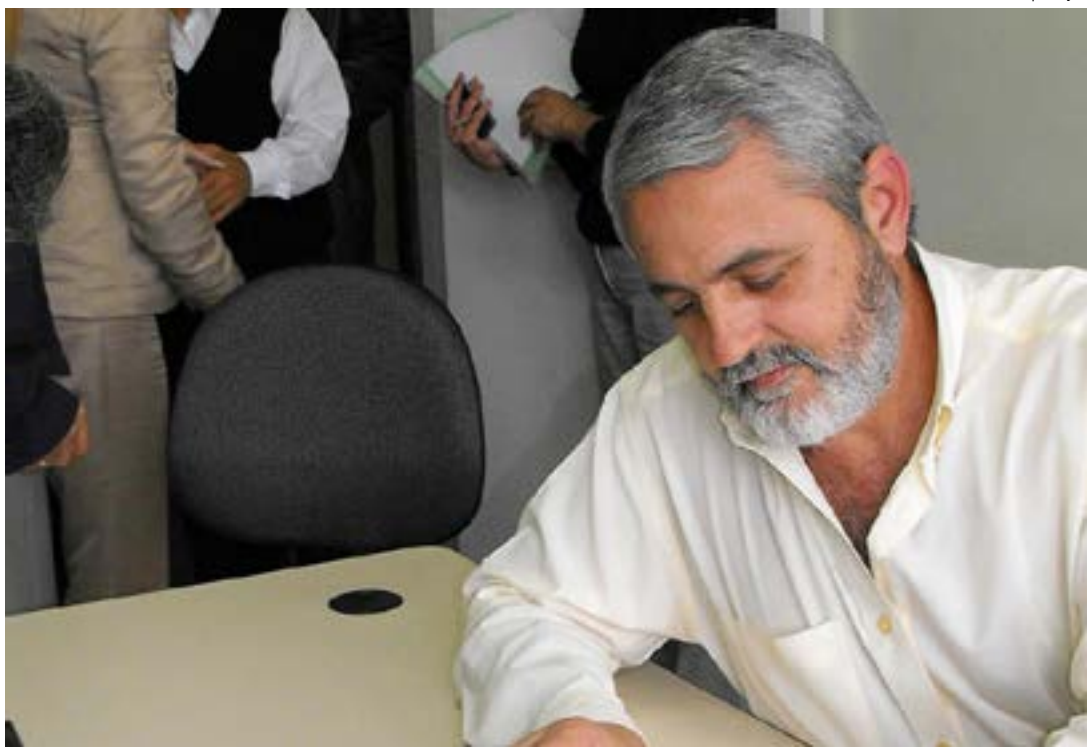
Divulgado em seu site oficial no último dia 3, o parecer MPF estima que a gestão de Ribeiro gerou um prejuízo de cerca de R$ 3,3 milhões aos cofres municipais, já que pagou quantias acima dos valores de mercado na compra de alimentos da terceirizada.

O órgão apontou que houveram manobras no preenchimento de notas fiscais que facilitaram a liberação dos pagamentos irregulares, sendo que parte dos recursos foram provenientes de verbas federais destinadas à alimentação escolar.

De acordo com o parecer, "em vez de calcularem os valores com base no número de refeições servidas, como determinava o contrato, os envolvidos apenas indicavam as quantidades gerais de cada gênero alimentício entregue, o que dava margem a distorções e superfaturamentos e dificultava a fiscalização (trecho do documento)".

O MPF verificou que o total de alimentos adquiridos, registrados em notas foi 858% superior ao consumo real dos estudantes na época. Um exemplo foi a compra de arroz, que atingiu cerca de 1,7 milhão de unidades no período, sendo que nas notas fiscais constava que cada pacote pesava um quilo e o preço cobrado foi equivalente ao de cinco quilos.

Fotos: Reprodução



O ex-prefeito João Ribeiro, acusado de superfaturar com emenda escolar em Pinda; MP cobra condenação

Outro fato que chamou a atenção do MPF foi que Ribeiro decidiu, em 2010, renovar contrato com a Verdurama, num valor de R$ 7,1 milhões. Para o órgão houve incoerência devido ao preço exorbitante, já que antes da terceirização do serviço o Município desembolsava uma média anual de R$ 1,8 milhão para fornecer a alimentação escolar.

A expectativa do MPF é que seus apontamentos sejam analisados pela Justiça até o fim do ano.

Outro lado – De acordo com a defesa do ex-prefeito, comandada pelo advogado Luís Rosas, o cliente é inocente e o MPF está equivocado.

O **Jornal Atos** tentou localizar os administradores da Verdurama, mas foi informado que a empresa faliu e nenhum responsável foi encontrado até o fechamento desta edição.

Os três ex-secretários municipais citados no processo também não foram localizados até o fechamento desta edição.

Domingos Geraldo revoga lei de taxa do Velório de Cachoeira

Em primeira medida no cargo, prefeito extingue cobrança até a realização de um chamamento público na cidade

Rafaela Lourenço
Cachoeira Paulista

O primeiro ato do prefeito em exercício, Domingos Geraldo (PL), foi revogar o decreto que taxou as funerárias em R$ 406 para utilização do Velório Municipal de Cachoeira Paulista. Desde quinta-feira o serviço pode ser prestado pelas três empresas da cidades sem custo de locação. Já a licitação para concessão do espaço segue em andamento.

Após o afastamento de Edson Mota (PL), na última quarta-feira por 180 dias pelo contrato irregular com o escritório de advocacia Gradim Sociedade Individual de Advocacia, firmado em 2017 que resultou no déficit de aproximadamente R$ 33 milhões aos cofres públicos (leia texto na próxima página), o vice, Domingos Geraldo, assumiu o Executivo com polêmicas na cidade como a taxa do Velório Municipal, revogada na última quinta-feira.

Segundo Domingos, no momento não há cobrança para a utilização do espaço e as três empresas que atuam no ramo funerário no município poderão utilizá-lo sem custo até a realização do processo licitatório que organizará o serviço da cidade. O chefe do Executivo frisou ainda que sua equipe está no processo de criação do edital. "Fiz um decreto revogando essa cobrança. Agora vou ter que abrir uma licitação para a empresa que ganhar, a gente começar cobrar, aí sim da empresa, porque existe uma manutenção que é feita no velório. Na lei que existia não se cumpria quase nada".

Domingos explicou que o morador de Cachoeira Paulista não paga para utilizar o Velório Municipal, sim pelo plano mútuo ou taxa estipulada pela empresa que for prestar o serviço funerário, como remoção e translado, comercialização de urnas mortuárias, velas e véus.

Em cidades vizinhas como Lorena e Guaratinguetá, a administração dos velórios é realiza pela Prefeitura e as taxas para utilização não chegam a R$ 100. Os valores de Lorena variam entre R$43,62 e R$78,89, Guaratinguetá cobra o valor único de R$ 87, não cobrada no momento devido à manutenção do velório do Pedregulho.

Nas três cidades, famílias de nível de vulnerabilidade social são isentas das taxas.

Sob alegação de uma ação civil do Ministério Público contra o Município, para que fosse feita uma licitação para exploração do local, o então prefeito Mota, decretou no dia 9 de setembro a taxa de R$ 406 para as funerárias utilizarem o espaço.

De acordo com a secretária de Negócios Jurídicos do governo Edson Mota, a Gisely Fernandes (exonerada na última quinta-feira), esse valor foi retirado de uma tabela de utilização do velório publicada pelo Sindicato Nacional das Funerárias. "Essa é uma taxa cobrada pelo uso, porque atualmente não tem ninguém que tenha um contrato válido para administrar o velório. Neste momento é administrado pela própria Prefeitura", frisou Gisely.

A ex-secretária destacou que o valor teria sido definido para atrair empresas para a licitação. "Até porque o velório está num estado de abandono há muitos anos, e a empresa que entrar vai ter que fazer umas reformas como trocar piso, pintura, e se ela não tiver meios para se manter, nenhuma empresa vai aparecer".

Domingos assume após afastamento de Edson Mota, por acusação fraude de R$ 33 milhões

Decisão judicial sobre contratação de escritório, que garantiu esquema para desvio de arrecadação apontado por MP e TCE, coloca vice no cargo e gera corte no primeiro escalão de Cachoeira Paulista

Da Redação
Cachoeira Paulista

Uma decisão judicial ordenou o afastamento por 180 dias do prefeito de Cachoeira Paulista, Edson Mota (PL). Ele responde processo por contrato ilegal com o escritório de advocacia Gradim Sociedade Individual de Advocacia, antes conhecido como Castellucci e Figueiredo Advogados Associados. Na quinta-feira, Domingos Geraldo (PL) assumiu o Executivo, com demissões e promessa de "abrir a Prefeitura".

O despacho da juíza da 2ª Vara de Cachoeira Paulista, Juliana Guimarães Ornellas, definiu ainda multa milionária para os envolvidos após investigação que apontou déficit de R$ 33 milhões ao Município.

O processo mostrou que o Executivo firmou um contrato com o escritório Gradim, em 2017, anteriormente conhecido por Castellucci e Figueiredo Advogados Associados. De acordo com o Tribunal de Contas, a empresa assinou 173 contratos com várias prefeituras somente entre 2008 e 2013 para serviços de assessoria com o objetivo de reduzir o valor das dívidas previdenciárias com o Regime Geral da Previdência, mediante pagamento antecipado de honorários. A prática rendeu à empresa aproximadamente R$ 45 milhões no período analisado.

Mas o passado de irregularidades comprovadas não foi suficiente para impedir a aproximação do Gradim com a gestão de Edson Mota. Entre os municípios afetados pela parceria, dois administrados por Mota, já que em 2013, o atual prefeito de Cachoeira havia contratado o escritório para prestação de serviços em Silveiras, também questionado judicialmente.

A juíza Juliana Guimarães Ornellas determinou o afastamento do prefeito, aceitando pedido impetrado pelo Ministério Público no dia 29 de agosto, após denúncia feita pela vereadora Dadá Diogo (PODE). "A manobra fiscal do município consistiria em aplicar alíquotas mais elevadas na cobrança do tributo aos contribuintes e, quando do repasse do montante recolhido, atribuir alíquota menor (trecho do despacho)".

A investigação apontou que a administração de Edson Mota receberia uma porcentagem maior de impostos municipais de empresas e prestadores de serviços. Em seguida, repassava uma menor porcentagem à União. A prática teria causado prejuízo de R$33.645.549,19 ao poder público (R$18.310.242,04 de prejuízo direto e R$15.335.307,15 em multas).

O relatório do inquérito, assinado pelo promotor de Justiça Raphael Barbosa Braga, mostra uma série de irregularidades praticadas por Mota e pelo escritório, desobedecendo determinação judicial que impedia contratação da Gradim, e ainda apontamento do Tribunal de Contas, que em 16 de junho de 2019 mostrou que a contratação seria ilegal devido à uma série de falhas como a falta de licitação.

No documento da ação civil pública, o Ministério Público destaca que o contrato entre Gradim e Cachoeira Paulista foi assinado no dia 3 de janeiro de 2017, ou seja, no segundo dia útil após o prefeito tomar posse no cargo, após dispensa do processo licitatório. "... O requerido Edson Mendes Mota, dispensando ou inexigindo indevidamente a instauração de procedimento licitatório, determinou a contratação direta do escritório Gradim Sociedade Individual de Advocacia... Por fim, ainda que fosse possível a contratação sem licitação, e ainda que porventura não houvesse no município funcionários com atribuição para a execução da compensação tributária, o município de Cachoeira Paulista jamais poderia firmar um contrato para a execução de serviços de objeto ilícito como é o caso em testilha. Assim agindo, permitiu que terceiro se enriquecesse ilicitamente" (trecho da ação civil pública).

O valor da contratação do escritório, apontada como "exorbitante" pelo MP (R$1,08 milhão) seriam pagos em 24 parcelas de R$ 45 mil.

Apesar dos apontamentos e recomendações do TC e do MP, a Prefeitura manteve o acordo, alegando à Justiça que seria "totalmente inviável a cessação dos serviços prestados pelo mencionado escritório".

Ao MP, a Prefeitura frisou que "...a compensação previdenciária se faz meio de serviço especializado de alta complexidade (serviço singular), que demanda conhecimentos específicos, notadamente na área de contabilidade, para levantamento dos valores jurídicos para referendar tal procedimento, sendo certo que a municipalidade não dispõe de profissionais aptos a desenvolver tal atividade...".

O governo chegou a anunciar, em 2017, que faria a rescisão unilateral do contrato, mas a prática de alteração no repasse tributado seguiu, de acordo com a investigação do MP.

Com os apontamentos de esquema ilegal em vigência, a Justiça determinou, em caráter liminar, o afastamento de Mota por 180 dias, para evitar que o prefeito prejudique as investigações, sob pena de multa diária de R$ 10 mil. "Há fundado receio de que Edson Mendes Mota frustre ou impeça o bom andamento da instrução processual, uma vez que exerce função pública no município de Cachoeira Paulista, tendo, portanto, amplo acesso aos documentos em debate e aos funcionários", frisou a juíza Juliana Guimarães."... a permanência de Edson Mendes Mota no comando da administração municipal, neste momento, ameaça a lisura da instrução do presente feito", seguiu o despacho.

O Ministério público foi mais enfático. "...Edson pouco se importou com a decisão que decretou a indisponibilidade de seus bens, pouco se importou com a decisão judicial proferida por esse juízo ao vedar qualquer pagamento ao escritório de advocacia que contratou, pouco se importa com o Tribunal de Contas do Estado de São Paulo e com a Receita Federal do Brasil..."

Resposta – Procurada pelo **Jornal Atos**, a defesa do prefeito afastado Edson Mota (PL) respondeu ainda na quarta-feira sobre a decisão e garantiu que ele deve voltar ao cargo. De acordo com nota encaminhada à redação do **Jornal Atos**, a prestação de serviços especializados e de alta complexidade, que visaria a realização de compensação previdenciária de créditos pagos nos últimos cinco anos à Previdência Social se refere à uma "operação pela qual se apuram valores em gestões passadas pagos à maior pelo Município à Previdência Social e que, portanto, devem e podem ser abatidos da quantia que atualmente se paga".

O texto enfatiza que "diante da situação calamitosa da economia nacional e do sucateamento da máquina pública por gestões anteriores, as operações de compensação previdenciária se tornaram essenciais para que se garantisse o salário em dia dos servidores e as efetivas melhorias na saúde municipal".

Outros pontos da nota lembram que "a ação não versa sobre enriquecimento ilícito ou o desvio de verbas públicas em favor de Edson Mota", mas sim à "contratação do escritório e das compensações" e que a decisão que determinou o afastamento provisório do prefeito "se deu pela equivocada compreensão que a continuidade do Sr. Edson no cargo resultaria em tumulto no curso processual. O que, com o devido respeito ao saber jurídico da Magistrada, não se deu de maneira acertada, posto que, no cargo de prefeito, o Sr. Edson jamais dificultou ou dificultaria o curso de qualquer processo".

A defesa destacou que busca reverter a "desacertada decisão de primeira instância".

Foto: Reprodução

Com o afastamento judicial de Edson Mota, Domingos Geraldo assume Prefeitura; Município era lesado com desvio milionário de arrecadação

Novo governo inicia cortes pelo primeiro escalão de Mota

Da Redação
Cachoeira Paulista

Ainda no primeiro dia no cargo, o prefeito em exercício, Domingos Geraldo dos Santos (PL) anunciou cortes em cargos comissionados na Prefeitura. O vice de Edson Mota (PL) assumiu o Executivo na quinta-feira, com decisões consideradas "imediatas e complicadas" como as demissões para enxugar os cofres. "Essa é a única forma da Prefeitura funcionar. Senão, fica difícil", frisou.

Para não "ficar difícil", Santos iniciou o mandato por uma ordem judicial que determina a dispensa de 167 cargos comissionados. Até esta sexta-feira, haviam sido seis dispensados, entre eles, seis do primeiro escalão.

Os secretários José Marcos (Turismo), Julio Medeiros (chefe de Gabinete), Pedro Ivan (Obras), Renato Silva (Agricultura) e Gisely Fernandes (Negócios Jurídicos) não fazem mais parte do governo. Gisely era considerada uma das principais figuras na administração de Edson Mota, à frente de assuntos além de sua pasta. "Independentemente de ser cargo de confiança, tenho que ter meu pessoal, da minha confiança. Vou cumprir o que a Justiça ordenou. "Estou enxugando a máquina, senão não vou conseguir (administrar). Tenho que atender essa ordem judicial", frisou o prefeito.

Câmara engavetou processo sobre contratos

Foto: Arquivo Atos

Ao lado do vereador Breno Anaya e da então secretária Gisely Fernandes, Edson Mota, afastado na quarta

Da Redação
Cachoeira Paulista

Os vereadores de Cachoeira Paulista tiveram uma visão diferente sobre as acusações de fraude na licitação e esquema no contrato entre a Prefeitura e a Gradim Sociedade Individual de Advocacia, antiga Castellucci e Figueiredo Advogados Associados. Na sessão do dia 27 de agosto, a Câmara rejeitou o pedido de investigação contra o prefeito Edson Mota (PL), em votação que teve apenas três parlamentares favoráveis, nove contrários e uma abstenção.

A solicitação foi encaminhada no dia 21 de agosto, pelo morador Marcelo José Villela Pinto, que se baseou no contrato firmado em 2017 com o escritório Gradim. Os parlamentares contrários ao recebimento do pedido de cassação foram Agenor do Todico (PSDB); Aldeci Baianinho (PSC); Breno Anaya (PSC); Dimas Barbosa (PTB); Nenê do São João (PSB); Carlinhos da Saúde (PSD); Mariza Hummel (PP); Max Barros (DEM) e Vica Ligabo (PTB). O vereador Tião do Marly (PR) se absteve, enquanto Professor Danilo (PROS), Dadá Diogo (PODE) e Thales Satim (PSC) tentaram, em vão, abrir a investigação.

Na sessão, os vereadores debateram, defenderam Mota e comemoraram o resultado final para reprovação. Na tribuna, o vereador Max Barros partiu para o ataque, na tentativa de desqualificar o autor da denúncia. Ele apresentou uma gravação em áudio que supostamente seria do denunciante, extorquindo o prefeito. Barros atacou ainda a vereadora Dadá Diogo. Foi de Dadá a assinatura para o pedido junto ao Ministério Público que investiga Mota, com apontamento de R$ 33 milhões em prejuízo à cidade.

Justiça libera passarela do Tigrão e determina divisão de obra entre Nova Dutra e Prefeitura

Decisão atende série de manifestações de moradores do Perpétuo Socorro, em Aparecida; Promotoria bloqueia R$ 460 mil da CCR, que deve ser somado aos R$ 320 mil da administração municipal

Fotos: Leandro Oliveira

Passarela do Tigrão, no Perpétuo Socorro, que passa sobre a Dutra é alvo de protestos contra interdições

Leandro Oliveira
Aparecida

A juíza Luciene Belan Ferreira Allemand determinou, na última sexta-feira, o bloqueio de R$ 460 mil da CCR Nova Dutra, sob alegação de que a concessionária tem a responsabilidade de reformar a passarela que dá acesso ao bairro Perpétuo Socorro, em conjunto com a Prefeitura de Aparecida. No mesmo despacho foi determinada a suspensão da interdição da passarela metálica usada pelos moradores, que se estendia desde o fim de julho.

No entendimento da juíza, após análise com técnicos de engenharia, apesar do acesso ter muitas áreas enferrujadas, a estrutura principal que sustenta a passarela não está afetada e não há risco de queda da via.

Segundo a decisão, o valor total para reformar a passarela é de R$ 780 mil. A CCR, concessionária responsável pela passarela, terá que investir R$ 460 mil, enquanto a Prefeitura pagará R$ 320 mil. O despacho determina que ambas as partes têm cinco dias úteis para apresentar um projeto de reforma emergencial do acesso.

O secretário de Justiça e Cidadania de Aparecida, Marco Aurélio Piza, deu detalhes da decisão publicada. "Isso (elaboração do plano para reforma) terá que ser efetuado em conjunto. A partir desse plano, já inicia-se a reforma, utilizando esses valores que foram bloqueados, que totalizam R$ 780 mil", destacou.

A CCR Nova Dutra ainda pode apresentar recursos. A concessionária foi procurada para comentar a decisão judicial, mas, por meio de nota, o grupo preferiu não se manifestar. "A concessionária informa que não se manifesta sobre decisões judiciais e que ainda não foi intimada sobre a decisão (trecho da nota)".

O imbróglio sobre a passarela do Tigrão teve início no fim de julho, quando a Justiça determinou a interdição do acesso. Um mês após a interdição, um grupo de moradores fez o primeiro protesto contra o fechamento da via pedindo a reforma imediata do acesso metálico. O grupo interrompeu o trânsito na rodovia Presidente Dutra, sentido Rio de Janeiro, no KM 69, em 5 de setembro. Em uma nova manifestação, no dia seguinte, o grupo voltou a fechar a pista no sentido Rio de Janeiro.

Na semana seguinte, em 13 de setembro, os moradores voltaram a interromper o tráfego de veículos na mesma pista, mas dessa vez, houve também o bloqueio no sentido São Paulo. Policias militares do Baep (Batalhão de Ações Especiais da Polícia) fizeram uma intervenção para liberar as vias e dispersaram os manifestantes com bombas de efeito moral e disparos de balas de borracha.

Câmara aprova 'Troco Solidário' para beneficiar asilo em Cruzeiro

Projeto quer destinar pequenas doações do comércio para São Vicente de Paulo

Rafael Rodrigues
Cruzeiro

Fotos: Arquivo Atos

Idosos em asilo São Vicente de Paulo; projeto beneficiará entidade com troco do comércio de Cruzeiro

A Câmara de Cruzeiro aprovou por unanimidade o projeto de lei, de autoria do vereador Sérgio Blois (PL), que pretende destinar o troco da compra no comércio local para o Asilo São Vicente de Paulo. O "Troco Solidário" contará com a colaboração de empresários da cidade, que poderão aderir voluntariamente à iniciativa.

O autor do texto explicou a proposta durante a votação. "É um projeto relativamente simples. Através de uma parceria com o comércio local, no qual as empresas que se interessarem ficarão com uma caixa coletora com as inscrições 'troco solidário' à vista das pessoas. Quando o consumidor efetuar uma compra, o troco poderá ser depositado na caixa", explicou.

O projeto estava na ordem do dia da sessão de 9 de setembro, mas foi alvo de pedido de vistas por parte do vereador Paulo Vieira (PL), que questionou o porquê de apenas o Asilo ter sido o beneficiado e não outras entidades. Em resposta, Blois destacou que o projeto visa auxiliar o asilo São Vicente de Paulo porque "todas as entidades, geralmente, conseguem maior mobilização das pessoas pois tem familiares atuantes". O vereador garantiu que isso não acontece com tanta frequência no asilo, onde se encontram pessoas idosas que estão doentes e muitas vezes abandonadas pelos próprios parentes. "Eles precisam de remédios, exercícios, de fraldas, roupas e toda estrutura que muitas das vezes geram um custo muito grande que a instituição não tem condições de arcar", justificou

O vereador disse que ficará a cargo de um representante da entidade e do comerciante que aderir ao projeto a coleta dos valores arrecadados, quinzenalmente. "É algo que pode atingir uma proporção razoável, desde que as pessoas queiram ajudar. Na verdade, é um projeto de solidariedade municipal com o consumidor e o empresário ajudando para que o Asilo possa receber verbas", contou Blois.

O presidente do Asilo de Cruzeiro, Luiz Antônio Pereira, revelou a importância do projeto para o dia a dia do atendimento. "Fiquei muito feliz, porque a nossa dificuldade é com relação a folha de pagamento da entidade. Com o final do ano, que temos que pagar o décimo terceiro e outras atividades, vai ficar mais difícil ainda".

Atirador é condenado à prisão por matar menor e balear idosos em Pinda

Da Redação
Pindamonhangaba

Acusado de um homicídio e outras duas tentativas, um morador de Pindamonhangaba foi condenado pela Justiça a quarenta anos de prisão, na última quinta-feira, pelos crimes cometidos no início de 2017 no bairro Alto do Tabaú.

De acordo com a decisão judicial, Marcus Vinicius Leonel Jeronimo foi condenado pelo assassinato de um adolescente de 17 anos, ocorrido em 21 de janeiro na rua General Julio Salgado. Na ocasião, o criminoso, que estava em uma bicicleta, efetuou quatro disparos de arma de fogo na direção do menor idade, que morreu após ser atingido por dois deles. As outras balas alvejaram dois idosos de 61 anos, que passavam pelo local na hora do ataque.

O criminoso foi preso no fim de 2017, após ser identificado através de imagens de câmeras de videomonitaramento que flagraram o crime.

A apuração da Polícia Civil descobriu que o atirador e a vítima eram amigos, mas se desentenderam durante uma festa poucas horas antes do assassinato.

Em Lavrinhas, preso em ônibus com dois quilos de maconha

Da Redação
Lavrinhas

Durante fiscalização de rotina na rodovia Presidente Dutra, a PRF (Polícia Rodoviária Federal) flagrou o passageiro de um ônibus tentando transportar dois quilos de maconha, na noite da última quarta-feira, no trecho de Lavrinhas.

Segundo o boletim de ocorrência, durante a abordagem no transporte coletivo, os policiais desconfiaram do nervosismo de um homem de 45 anos. Ao revistar a mochila do suspeito, os agentes encontraram o entorpecente e uma quantia de R$ 562.

Questionado, o criminoso confessou que comprou a droga na capital paulista e a levaria para Caratinga, em Minas Gerais.

O passageiro foi encaminhado ao Distrito Policial de Cruzeiro, permanecendo preso por tráfico de drogas.

Guará oferece capacitação para ações voluntárias na Defesa Civil Comunitária

Da Redação
Guaratinguetá

A equipe de Defesa Civil de Guaratinguetá está implantando o Nudec (Núcleo de Defesa Civil Comunitária) nos bairros Rocinha e Pedrinha. O programa tem como objetivo implementar a integração de todo o Sistema de Defesa Civil, empresas, estabelecimentos de ensino, comunidade e instituições de segurança pública a fim de garantir a segurança social.

De acordo com o projeto, a proposta é buscar o "engajamento de comunidades informadas e preparadas, cientes de direitos e deveres relativos à segurança comunitária sob a ótica da minimização dos desastres".

Com a implantação, a Prefeitura visa capacitar os moradores, que receberão treinamento de primeiros socorros e combate a incêndio para dar início aos procedimentos em casos de emergência até que a Defesa Civil chegue ao local.

Para participar, os moradores do bairro da Rocinha devem procurar a diretoria da escola Payão. No bairro da Pedrinha, a população deve procurar a diretoria da escola Caloi.

Os interessados também podem buscar mais informações pelo telefone (12) 3122-2728. Os agentes voluntários que se inscreverem serão informados da data de início das atividades assim que os grupos estiverem completos em seus respectivos bairros.

Polícia Militar apreende tijolos de maconha e cocaína em Lorena

Da Redação
Lorena

Após denúncia anônima, a Polícia Militar prendeu um traficante de drogas, na última quarta-feira, no bairro Vila Hepacaré, em Lorena.

Segundo a PM, informações apontaram que um morador da rua Tupiniquins embalava entorpecentes para a venda em sua casa. Ao chegar no local indicado, os PM's entraram no imóvel após autorização da companheira do suspeito.

Ao perceber a chegada da equipe, o criminoso subiu no telhado e arremessou um pacote no quintal da residência vizinha. Após capturar o homem, os PM's descobriram que além de seis pedaços pequenos e um tijolo de maconha, ele tentou dispensar cinco porções e um tijolo de cocaína. O peso dos entorpecentes apreendidos não foi divulgado.

O traficante foi levado à Delegacia, sendo na sequência recolhido à Cadeia Pública de Lorena.

Fotos: Arquivo Atos

Soliva e consórcio assinam contrato e Guará volta a ter estacionamento rotativo

Sistema de Zonas Azul e Verde começam a atuar em dezembro, com possibilidade de pagamento com dinheiro, cartão ou aplicativo

Foto: Leandro Oliveira

Major Oliveira, Celão, Soliva, Márcio Bastos e o presidente da Aceg, Ricardo Teberga, assinam sistema

Parquímetro do Zona Azul; sistema retorna às ruas com alteração

■ Leandro Oliveira
Guaratinguetá

Foi assinado o contrato de prestação de serviços entre a Prefeitura e a Guaratinguetá Consórcio Rotativo, formato pelas empresas Serbet (Sistema de Estacionamento Veicular do Brasil) e a Interprint. O grupo foi o vencedor da licitação para o estacionamento rotativo no município, e terá até sessenta dias para concluir a implantação total do sistema.

As vagas serão divididas em Zonas Azul e Zona Verde. A Azul será espalhada pelas regiões que mais têm fluxo de veículos, como Centro, São Benedito, Campo do Galvão, Pedregulho e nas proximidades da rodoviária. Já a Verde cobrirá as áreas próximas a hospitais como a Santa Casa e o Hospital e Maternidade Frei Galvão.

Haverá diferença de preços entre as zonas. Na Zona Azul, meia hora custará R$1, uma hora sairá a R$ 2, uma hora e meia R$ 3 e duas horas R$ 4. Na zona verde, trinta minutos terá o valor de R$ 0,50, uma hora R$ 1, duas horas R$ 2 e três horas terá o preço de R$ 3.

"A empresa fará um repasse de 28,32% dos valores arrecadados ao Executivo. É muito mais do que a empresa anterior repassava. Então isso é importante, pois soma na arrecadação do município. A outorga será investida no Fundo Municipal de Trânsito", enfatizou o prefeito Marcus Soliva (PSB), em entrevista após a assinatura do contrato.

O acordo entre a Prefeitura e o consórcio tem validade de dez anos e pode ser prorrogado por mais cinco. As empresas pagarão uma outorga ao município de R$500,7 mil, que serão investidos em melhorias do trânsito como pintura de faixas, sinalizações e implantações de lombo-faixas, que são as faixas elevadas.

O consórcio vai disponibilizar aos usuários a possibilidade de pagar pelo estacionamento rotativo através do aplicativo das empresas ou do pagamento direto no parquímetro, que poderá ser feito com dinheiro em espécie ou através de um cartão de recarga que o usuário pode acrescentar dinheiro e descontar em cada vez utilizada.

"Acreditamos que a maioria dos usuários vai optar pelo aplicativo no celular, que é mais amigável, e também porque ele poderá ser usado em outras cidades, como São Paulo. O parquímetro é uma exigência, não temos como não instalarmos. O parquímetro é bem tecnológico, ele tem um cartão de recarga que pode ser utilizado como crédito e, nesse caso, você vai até o parquímetro e acrescenta só a sua placa", destacou Márcio Bastos, representante da Guaratinguetá Consórcio Rotativo.

Durante a assinatura, Soliva perguntou a Bastos se é possível iniciar as operações no município no dia 1 de dezembro para não atrapalhar o comércio da região central da cidade na principal época de vendas do ano. O consórcio se comprometeu a seguir o cronograma pedido pelo prefeito.

Cruzeiro investe R$ 420 mil e inicia obras no Mercadão

Novo recurso do MIT promete alavancar comércio e fomentar turismo gastronômico; obra prevista para dez meses

Fotos:Letícia Noda

O Mercado Novo de Cruzeiro, que recebe obras para ampliar quantidade de boxes; Prefeitura investe cerca de R$ 420 mil na restauração

■ Rafaela Lourenço
Cruzeiro

O Mercado Novo de Cruzeiro segue em obras de reestruturação. Com um investimento de aproximadamente R$ 420 mil, o espaço será ampliado e modernizado para melhor atender a demanda turística e econômica da cidade. A entrega do prédio deve ser feita em dez meses.

Para fortalecer a produção artesanal e fomentar o turismo gastronômico e a comercialização do Mercado Municipal, a Prefeitura assinou um convênio de R$392.829,28 com o Ministério do Turismo, através do MIT (Município de Interesse Turístico) e contrapartida de R$ 27.114,99 para reformar todo o espaço. Segundo o Executivo, o repasse nessa parceria foi de indicação do deputado federal Orlando Silva (PCdoB) e dos vereadores Mário Notharangeli (SD) e Geraldo Luiz de Souza (PR).

O projeto contemplará a reforma geral do prédio, que segundo o secretário de Obras e Serviços Públicos, José Kleber Silveira, funcionava em precárias condições, atendendo pedido antigo dos moradores. O espaço receberá adequações de acessibilidade, reforma nos banheiros feminino e masculino e a repaginação do pátio central com novos ladrilhos e a manutenção completa do telhado. Os boxes serão padronizados para fins específicos e duplicada a quantidade para utilização dos comerciantes. A fachada do prédio será mantida originalmente e a parte hidráulica também será reformada. "Hoje, (boxes) um é amarelo, outro branco, um com um revestimento, outro com outro. Alguns utilizam quatro, cinco boxes e fazem de depósito, então isso vai acabar. Vão ser para fins específicos, utilizar como boxe e não como armazenamento de materiais", explicou Silveira.

A obra no Mercado, que atua com diversos segmentos como hortifrúti, peixaria, casa de ração e artesanato está sendo feita por etapas, iniciando nos banheiros e pátio central.

Segundo Siqueira, o Mercado funcionará normalmente durante o período de reforma, e os ambulantes serão realocados para outros espaços também por partes. "Comecei nos banheiros e no pátio central, aí tirei os ambulantes do pátio. Os sanitários de alvenaria estamos arrumando, aí disponibilizamos sanitários químicos para atender a demanda".

Quanto aos boxes, o secretário frisou que serão divididos em duas partes, e em um momento comerciantes ficarão um tempo sem utilizá-los. Siqueira destacou que esse trabalho ainda não teve início, que os comerciantes não foram realocados, mas não precisou uma data para possivelmente afastá-los do espaço. "Essa obra é esperada por muito tempo por todos os comerciantes. Alguns já vão se realocar para algum ponto de locação comercial, por dois, três meses fora do espaço, já outros vão aguardar", salientou.

Siqueira destacou que não houve nenhum problema com os comerciantes, e que a única solicitação recebida do grupo teria sido não fechar o mercado durante todo o tempo de obras. "Com essa reforma por partes, eles serão pouco afetados".

Após os trabalhos, a quantidade de boxes praticamente dobrará, passando para cerca de 18 unidades, atingindo uns dos principais objetivos de agregar valor ao prédio histórico e torná-lo mais atrativo para a população. A expectativa é finalizar a obra em até dez meses.

O Mercado Novo fica na avenida Olívio Nicoli, nº 296/366, na Vila Canevari.

Funcionários e Novelis mantêm conversas sobre reajuste

■ Da Redação
Pindamonhangaba

Funcionários e a diretoria da empresa Novelis seguem em debate, em Pindamonhangaba, pelo aumento real de salário e benefícios para a categoria. Os trabalhadores chegaram a protestar na manhã da última terça-feira (8), paralisando a produção por uma hora.

A unidade, que conta com 1,2 mil contratados, atua no ramo de alumínio e, segundo o Sindicato dos Metalúrgicos, não teria aceito pagar o reajuste das perdas da inflação, calculado em 3,28%.

Com mais de quarenta anos de operação em Pindamonhangaba, a Novelis é a principal empresa do grupo de negociação e a produção está em alta, batendo recorde no mês de setembro, segundo o vice-presidente do sindicato, André Oliveira. "A Novelis bateu novo recorde em setembro, mesmo assim a empresa se nega a pagar o reajuste e ainda insiste no rebaixamento dos pisos salariais. Por isso que estamos nessa luta", afirmou na terça-feira.

A unidade também registrou paralisações na semana anterior pela Campanha Salarial da Confab e na Gerdau do município.

A semana seguiu com novas negociações entre os representantes da empresa e a FEM-CUT-SP (Federação dos Sindicatos Metalúrgicos da CUT no Estado de São Paulo).

Nesta quinta-feira, em nota, a Novelis destacou que as negociações para reajuste de data-base estão em andamento entre o Sindicel (Sindicato Patronal que a representa) e a FEM CUT.

A empresa frisou que não houve interrupção do trabalho e garantiu e que seguem as tratativas com respeito aos sindicatos de classe.

Escolas de samba de Guará pedem aumento de 40% do repasse para desfiles de 2020

Com R$ 50 mil certos, agremiações buscam mais R$ 20 mil; Prefeitura nega reajuste e debate camarotes

Leandro Oliveira
Guaratinguetá

As seis escolas de samba de Guaratinguetá pediram oficialmente um reajuste de 40% sobre o valor pago pela Prefeitura para o repasse, atualmente, fixado em R$ 50 mil para cada escola. A proposta é aumentar o valor para R$ 70 mil, o que não foi bem aceito na Prefeitura, que busca solução para atender às agremiações.

A Oesg (Organização das Escolas de Samba) confirmou o pedido. Em um primeiro momento, a resposta do governo de Marcus Soliva (PSB) foi negativa, mas de acordo com Tiago Domingos, vice-presidente da Oesg, existe a possibilidade de reforçar os cofres das escolas de samba por meio de ações das próprias agremiações, com eventos como shows e festas.

Uma das ideias debatidas durante a semana em Guaratinguetá seria a de repassar às escolas o valor arrecadado com a venda de camarotes, com estimativa de R$ 20 mil para cada agremiação. "Todas essas ações estão sendo estudadas, todos os meios legais, para que elas saiam (sejam aprovadas). Essa questão do camarote foi uma opção que foi levantada, dentre várias ideias que foram colocadas na reunião. Quando tudo estiver efetivamente amparado, as escolas e a Prefeitura poderão divulgar as ações que vão complementar o orçamento das agremiações", explicou Domingos.

De acordo com a organização, o valor atual repassado pela Prefeitura está defasado. O vice da Oesg revelou que foi feito um cálculo para chegar ao valor ideal para os desfiles do ano que vem, cerca de R$90 mil. No total, para a realização do Carnaval, as escolas investem um total médio de R$ 200 mil. "Acredito que a Prefeitura, ajudando com um terço desse valor, já é uma parcela que realmente contribui para as escolas de samba, já que elas têm um valor grande para correr atrás, algo em torno de R$ 120 mil, R$ 140 mil, através de eventos e parcerias. Dentro da nossa realidade municipal, é um valor que colabora bastante com o orçamento das agremiações", concluiu.

Apesar da expectativa dos carnavalescos, em entrevista ao **Jornal Atos**, o prefeito informou que os camarotes não serão vendidos e, por consequência, a verba não será repassada as agremiações.

A Prefeitura disponibilizará cinco camarotes para cada agremiação, e as próprias escolas de samba farão a venda dos espaços e terão direito aos recursos obtidos. "Em anos anteriores já foram disponibilizados os camarotes para as escolas fazerem seus trabalhos com a sua comunidade, parceiros e patrocinadores. Não interessa a maneira que vão usufruir dos camarotes, mas o repasse que é feito pela contratação através de todo o processo, que já fizemos igual aos anos anteriores, é de R$ 50 mil. Cada escola vai receber cinco camarotes para montar o espaço para a agremiação ou comercializá-los", esclareceu Soliva.

Os R$ 50 mil já confirmados seriam divididos em duas parcelas: a primeira, de R$37mil em 2019, e a segunda, em R$13 mil, em janeiro.

Fotos: Marcelo dos Santos

Rainha da bateria da Beira Rio em 2019; escolas de samba pedem aumento de repasse em R$ 20 mil

Marinho assume Turismo de Guará com R$ 20 milhões em obras e orçamento cheio

Indicado por Soliva, novo secretário ocupa vaga de João Pita; pasta é considerada uma das mais importantes no governo

Leandro Oliveira
Guaratinguetá

A secretaria de Turismo de Guaratinguetá tem um novo secretário desde a última segunda-feira (7). Após cinco meses à frente da pasta, que detém um dos maiores orçamentos do município, João Pita Canettieri (PSB) retornou ao cargo de vereador e deixou a pasta para Mário Augusto Nunes, o Marinho.

Pita, que assumiu o Turismo em 1 de maio, afirmou à época que voltaria logo para o Legislativo. A escolha pelo nome de Mário Nunes foi feita por Marcus Soliva (PSB), prefeito de Guaratinguetá, que levou em consideração o passado político e administrativo do novo secretário.

Marinho foi vice-prefeito de Guaratinguetá no fim dos anos 1990, sob a gestão de Francisco Carlos Moreira (PSDB), presidiu o Itaguará e foi presidente do Guaratinguetá Futebol Ltda. Paralela à vida pública, Mário Nunes é advogado e tem escritórios de advocacia em Guaratinguetá e São Paulo.

"A escolha foi importante, primeiro pela afinidade que temos com ele e pela facilidade de acesso que ele tem com pessoas importantes em São Paulo. O Turismo precisa de investimentos e parceiros que venham investir em Guaratinguetá. Tenho certeza que o Marinho vai buscar, trazer investimentos e grandes eventos. Esse é o foco principal do desenvolvimento turístico da nossa cidade", destacou Soliva.

Foto: Leandro Oliveira

Marinho, que assumiu o Turismo

Cenário – Financeiramente, Pita afirmou que o momento do setor é positivo. "Temos algo em torno de R$ 20 milhões em obras sendo realizadas para o turismo. Recentemente foi assinado o contrato com o Dade (Departamento de Apoio ao Desenvolvimento das Estâncias), mais R$ 1,192 milhão para a estrada do Gomeral. Futuramente vamos ter, já com o Marinho, o alargamento da calçada Dr. Martiniano, inauguração do receptivo turístico".

Em entrevista, Marinho afirmou que a busca por recursos por meio do Dade ou de outros fundos que fomentam o investimento no setor será feita. "Podemos buscar, por meio do Fundo de Apoio de Isenção Fiscal, recursos junto a iniciativa privada para dar sustentabilidade necessária e a mais para o turismo da nossa cidade".

O nome de Marinho começou a ser projetado como novo secretário em setembro deste ano. Há uma semana a especulação ganhou força, e a transição vinha sendo feita desde então. Antes de Marinho e Pita, a pasta era comandada por Felício Murade, que deixou o cargo em abril deste ano, após determinação judicial.

Aparecida espera mais de trezentos mil fiéis para fim de semana da Padroeira

Data arrasta multidão para o Santuário; 85% dos leitos já estavam ocupados desde a última quarta-feira

Leandro Oliveira
Aparecida

Aparecida recebe neste fim de semana cerca de 340 mil fiéis. Somente para o sábado, quando é comemorado o dia de Nossa Senhora Aparecida, Padroeira do Brasil, a expectativa é de que o Santuário Nacional abrigue 170 mil romeiros. Entre os setores com maior expectativa, o hoteleiro mantém prognóstico positivo para 2019, com ocupação de leitos de hotéis e pousadas na cidade atingindo 85%. Em Aparecida são 39 mil leitos de hotéis de acordo com o Sinhores (Sindicato dos Hotéis, Restaurantes, Bares e Similares de Aparecida e Vale Histórico), e restam 15% dos quartos disponíveis.

O diretor do Sinhores, Valdecir Henrique Camargo, destacou que o percentual está dentro da normalidade para a época do ano e muitos fiéis deixam para fazer reserva na semana do dia 12 de outubro. "Se a pessoa não conseguir se ocupar em Aparecida, temos municípios vizinhos com pousadas e hotéis que permitem ainda o registro de vagas", esclareceu. "Lorena tem uma rede hoteleira boa. Têm opções em Cunha, Guaratinguetá e pousadas em Potim", concluiu. Somando as quatro cidades, o total de leitos chega a cinquenta mil.

A superlotação da rede hoteleira de Aparecida também reflete no aumento da movimentação de veículos que entram e deixam o município. A Polícia Rodoviária Federal ampliou o contingente para o fim de semana de 12 de outubro e tem realizado ações especiais nos principais acessos à cidade e ao Santuário Nacional. "Nosso foco é garantir a fluidez do trânsito e assegurar que os acessos não fiquem congestionados, de forma que possam trazer riscos de acidentes graves na rodovia Presidente Dutra", afirmou o inspetor da Polícia Rodoviária Federal, Marcílio Marinho.

Serão cinquenta agentes operando dentro da cidade e outras equipes fazendo o acompanhamento pela Via Dutra. "Fora isso, o patrulhamento reforçado no perímetro de quem faz o deslocamento a pé, pois elas vêm no acostamento sem o devido cuidado. Nossos homens vão rodar nesses pontos para fazer a orientação e para realizar a proteção contra ações criminais", concluiu. O grande volume de fiéis começa a chegar na cidade nesta sexta-feira, porém durante toda a semana, foi possível flagrar peregrinos caminhando pela Via Dutra com destino a Aparecida.

A feira livre da cidade permaneceu montada durante essa semana.

A atenção também foi reforçada pela CCR NovaDutra, empresa responsável pela rodovia, com a operação iniciada nesta sexta-feira, com orientação e atendimento aos usuários que trafegarem pela Via Dutra durante o feriado.

O gestor de Atendimento da CCR NovaDutra, Virgílio Leocádio, lembrou que a operação de atendimento aos motoristas durante o feriado soma a outra, que começou em setembro, para orientar peregrinos e romeiros sobre os riscos de caminhar a pé pelo acostamento em direção à Basílica de Aparecida. A campanha orienta sobre a utilização de rotas oficiais, entre elas, a Rota da Luz, um caminho mais seguro para esta manifestação de fé.

Fotos: Marcelo dos Santos

Imagem alusiva à Nossa Senhora Aparecida, na feira livre; cidade tem procura recorde de turistas no dia 12

A expectativa da concessionária é que o tráfego nos 402 quilômetros da rodovia siga intenso entre 8h e 14h deste sábado. No retorno, o tráfego deve ser maior no domingo, das 16h às 21h.

DER – O Departamento de Estradas de Rodagem (DER) também iniciou na sexta-feira a Operação Padroeira 2019 nas rodovias de acesso à região. A ação segue até domingo.

Com foco no impacto do aumento de peregrinos nas rodovias durante o feriado, o monitoramento e ações preventivas foram ampliados, como a sinalização de alerta nas rodovias, 14 veículos que darão apoio aos usuários, sendo seis viaturas de inspeção, cinco guinchos leves, um guincho pesado e dois veículos de apoio.

Outras informações, como as estradas atendidas e os serviços disponíveis, podem ser acessadas pelo site no site do órgão, der.sp.gov.br.

Prefeitura e shopping Pátio Pinda tem apresentação teatral para o Dia das Crianças

Da Redação
Pindamonhangaba

Em celebração ao Dia das Crianças, a Prefeitura programou a apresentação de peças de teatro infantil com conscientização sobre crime de maus tratos contra os animais. O evento será realizado no shopping Pátio Pinda, às 14h.

Além da apresentação, haverá distribuição de 1,5 mil exemplares de gibis da Turma da Mônica abordando o abandono de animais, por meio da história de um cão encontrado pelos personagens.

As peças teatrais já foram assistidas por aproximadamente nove mil crianças em 37 unidades escolares da rede municipal de ensino. A ideia é promover, de uma forma lúdica, o fomento da consciência ambiental sobre a saúde pública às crianças, para que cresçam com valores e vivência sobre o tema, formando cidadãos no futuro. "Acreditamos que a contratação dos artistas do município, muitos deles, que já labutam na causa animal, trará benefícios econômicos, ambientais, bem-estar animal, educacional, culturais e da saúde humana", afirmou o diretor de Proteção aos Riscos e Agravos à Saúde, Rafael Lamana.

As apresentações vêm ao encontro com a campanha antirrábica 2019, com meta de vacinal de vinte mil animais.

PREFEITURA DE LORENA
Aviso de Licitação: Pregão Presencial Nº 93/19 PROC. Nº 583/19.

O Município de Lorena-SP torna pública a Abertura da Licitação na Modalidade Pregão Presencial, do tipo menor preço por item, cujo objeto é o registro de preços para aquisição de materiais para sinalização viária do município de Lorena, a realizar-se às 09h30min do dia 31 de Outubro de 2019, no Prédio da Prefeitura Municipal de Lorena na Secretaria Municipal de Administração, Sala de Licitações, situados à Avenida Capitão Messias Ribeiro, nº 625, Olaria - Lorena - SP. Informações (12) 3185-3000, ramal 3041 ou 3046, das 09h às 17h, ou no site: www.lorena.sp.gov.br.

PREFEITURA DE LORENA
EXTRATO DE CONTRATO
PREGÃO PRESENCIAL Nº 69/2019 PROC. Nº 395/2019

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Lorena
OBJETO: Aquisição de material de consumo de prótese odontológica para o Centro de Especialidades Odontológicas I e II e Estratégias da Saúde da Família.
CONTRATADA: E.C. DOS SANTOS COMERCIAL EIRELI CNPJ: 02.136.854/0001-25
VENCEDORA DOS ITENS:01,29,37,48,52,216,222,237,276,284,293.
VALOR TOTAL: R$ 10.135,16 (dez mil cento e trinta e cinco reais e dezesseis centavos)
VIGÊNCIA: 12 (doze) meses.
DATA DA ASSINATURA: 09/10/19

PREFEITURA DE LORENA
EXTRATO DE CONTRATO
PREGÃO PRESENCIAL Nº 71/2019 PROC. Nº 402/2019

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Lorena
OBJETO: Aquisição de material odontológico para o Centro de Especialidades Odontológicas I e II e Estratégias da Saúde da Família.
CONTRATADA: AIRMED EIRELI EPP CNPJ: 23.637.718/0001-99
VENCEDORA DOS ITENS:08,27,28,35,36,38,39,40,277,278,559,560,561,562,622,624,626,628,630,632,634,661,663,665,667,671,673,675,677,723.
VALOR TOTAL: R$ 48.534,20 (quarenta e oito mil quinhentos e trinta e quatro reais e vinte centavos)
VIGÊNCIA: 12 (doze) meses.
DATA DA ASSINATURA: 09/10/19

PREFEITURA DE LORENA
EXTRATO DE CONTRATO
PREGÃO PRESENCIAL Nº 73/2019 PROC. Nº 408/2019

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Lorena
OBJETO: Aquisição de material de expediente e material de papelaria para diversas secretarias.
CONTRATADA: RASEK LOGISTICA E SUPRIMENTOS LTDA ME
CNPJ: 12.591.321/0001-97
VENCEDORA DOS ITENS: 01,02,25,26,27,28,29,30,31,32,33,34,35,36,43,44,47,48,49,50,57,58,85,86,89,90,91,92,97,98,115,116,117,118,121,122,123,124,125,126,131,132,137,138, 141,142,143,144,149,150,169,170,189,190,207,208,239,240,245,246,251,252,253,254,255, 256,259,260,269,270,272,273,274,275,276,277,280,281,282,283,346,347,362,363,366,367.
VALOR TOTAL: R$ 55.027,80 (cinquenta e cinco mil vinte e sete reais e oitenta centavos)
VIGÊNCIA: 12 (doze) meses.
DATA DA ASSINATURA: 09/10/19
CONTRATADA: TUPIRATINS MATERIAIS ESCOLARES EIRELI EPP
CNPJ: 31.953.767/0001-69
VENCEDORA DOS ITENS:51,52,59,60,61,62,63,64,77,78,93,94,95,96,105,106,107,108,113,114,127,128,129,130,147,148,151,152,157,158,179,185,186,187,188,197,198,199,200, 201,202,209,210,217,218,219,220,221,222,223,224,225,226,227,228,229,230,243,244,247, 248,249,250,266,308,309.
VALOR TOTAL: R$ 55.925,86 (cinquenta e cinco mil novecentos e vinte e cinco reais e oitenta e seis centavos)
VIGÊNCIA: 12 (doze) meses.
DATA DA ASSINATURA: 09/10/2019

PREFEITURA DE LORENA
EXTRATO DE CONTRATO
PREGÃO PRESENCIAL Nº 80/2019 PROC. Nº 459/2019

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Lorena
OBJETO: Aquisição de material de limpeza para diversas secretarias.
CONTRATADA: TR2 COMERCIO E SERIVÇOS DE PAPELARIA EIRELI
CNPJ: 08.610.916/0001-75
VENCEDORA DOS ITENS: 131.
VALOR TOTAL: R$ 37.972,44 (trinta e sete mil novecentos e setenta e dois reais e quarenta e quatro centavos)
VIGÊNCIA: 12 (doze) meses.
DATA DA ASSINATURA: 09/10/19
CONTRATADA: LOCAMAIS SERVIÇOS EIRELI EPP
CNPJ:11.191.505/0001-05
VENCEDORA DOS ITENS:25,26.
VALOR TOTAL: R$ 71.244,96 (setenta e um mil duzentos e quarenta e quatro reais e noventa e seis centavos)
VIGÊNCIA: 12 (doze) meses.
DATA DA ASSINATURA: 09/10/2019

PREFEITURA DE LORENA
TERMO DE RATIFICAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

O Prefeito RECONHECE E RATIFICA com base no artigo 26, da Lei nº 8.666/93, a DISPENSA DE LICITAÇÃO referente ao Processo nº 523/2019-SUP; 7856/19-GPRO, com fundamento no Art. 24, inciso II da lei supracitada, cujo objeto é a contratação de empresa especializada em realização de exames não disponíveis no Laboratório Municipal. DIAGNÓSTICOS DA AMERICA S.A - CNPJ Nº: 61.486.650/0843-44

PREFEITURA DE LORENA
Nota de abertura de envelope Proposta TP nº 14/19 - Proc. nº 525/19

O Município de Lorena-SP torna público que esgotado o prazo legal previsto na Lei nº 8.666/93, art. 43, inciso III, sem manifestação das licitantes participantes da Tomada de Preço nº 14/2019, cujo objeto é a contratação de empresa para prestação de serviços comuns a engenharia de pavimentação e drenagem de águas pluviais na travessa da Rua Henriqueta Vieira Lorena, no bairro parque das rodovias para atender as necessidades do município de Lorena, fica marcado para o dia 16 de outubro de 2019, as 14h00min a Sessão Pública para abertura dos envelopes de Proposta. O Processo encontra-se à disposição para vistas dos interessados no Prédio da Prefeitura de Lorena, na Secretaria Municipal de Administração, Sala de Licitações, situado à Avenida Capitão Messias Ribeiro, nº 625, Olaria - Lorena - SP. Informações (12) 3185-3000, das 09h00min às 17h00min.

EDITAL DE CITAÇÃO

EDITAL DE CITAÇÃO- PRAZO DE 30 DIAS.
PROCESSO Nº 1001370-89.2018.8.26.0220
A MM. Juíza de Direito da 2° Vara, do Foro de Guaratinguetá, Estado de São Paulo, Dra. Juliana Salzani, na forma da Lei, etc.

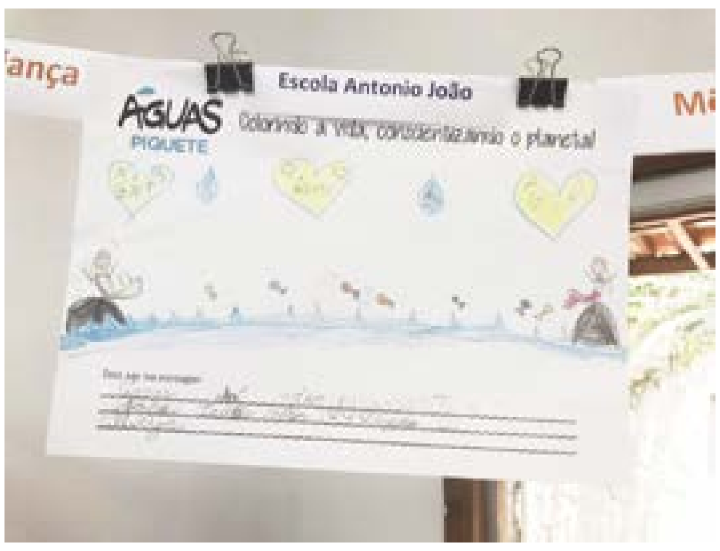
FAZ SABER aos requeridos NFA INTERMEDIAÇÕES LTDA, CNPJ 10.517.594/0001-66, e GUILHERME FONTANA, CPF- 264.455.338-50, RG-26766325RG/RNE, que lhes foi proposta uma ação de Procedimento Comum Cível - Perdas e Danos, por parte de O Soares e Soares Ltda, alegando em síntese: que efetuou compra de prensa térmica pneumática semi automática em 02.02.2018, pelo valor de R$ 8.750,00; além o atraso na entrega constatou-se discrepância entre o produto comprado e o que foi entregue, inclusive com defeitos, requerendo a procedência da ação para pagamento do dano sofrido no valor de R$ 8.750,00, sendo que este deverá ser acrescido de correção monetária e juros de mora computados desde os pagamentos, assim como condenada ao pagamento dos lucros cessantes no montante de R$ 30.000,00 (Trinta mil reais), ao pagamento do transporte no valor de R$ 566,35 (Quinhentos e sessenta e seis reais e trinta e cinco centavos), bem como nas custas judiais e honorários advocatícios. Encontrando-se os réus em lugar incerto e não sabido, foi determinada a sua CITAÇÃO, por EDITAL, para os atos e termos de ação proposta e para que, no prazo de 15 dias, que fluirá após o decurso do prazo do presente edital, apresente resposta. Não sendo contestada a ação, os réus serão considerados reveis, caso e que será nomeado curador especial será o presente edital, por extrato, afixado e publicado na fora da lei. NADA MAIS. Dado e passado nesta cidade de Guaratinguetá, aos 16 de agosto de 2019.

PREFEITURA DE LORENA
EXTRATO DE CONTRATO
PREGÃO PRESENCIAL Nº 76/2019 PROC. Nº 437/2019

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Lorena
OBJETO: Aquisição de material de consumo para o laboratório de Análises Clínicas.
CONTRATADA: QUALYLAB PRODUTOS HOSPITALARES E LABORATORIAIS LTDA
CNPJ:00.546.899/0001-42
VENCEDORA DOS ITENS: 01, 02, 03, 04
VALOR TOTAL: R$ 4.935,00 (quatro mil novecentos trinta e cinco reais)
VIGÊNCIA: 12 (doze) meses.
DATA DA ASSINATURA: 11/10/2019

"Colorindo a vida e conscientizando o Planeta"

Ação incentiva educação ambiental entre os alunos do 2º ano das escolas municipais de Piquete



■ Da Redação
Piquete

No Brasil, o Dia das Crianças é comemorado dia 12 de outubro e tem como objetivo celebrar os direitos das crianças e adolescentes, ajudando na conscientização sobre os cuidados necessários nesta fase. A Águas Piquete, em parceria com a Secretaria de Educação de Piquete, promoveu a Campanha "Colorindo a vida e Conscientizando o Planeta". A atividade envolveu cerca de 150 alunos, de 7 a 8 anos dos 2º anos das escolas Municipais Profª Maria Auxiliadora Ramos, Profª Ricarda Godoy Lopes e Escola Municipal João Antônio.

No dia 03 de outubro as crianças receberam folhas em branco com o tema da campanha, para a criação de um desenho e de uma frase de conscientização ao futuro do planeta. Este material foi recolhido no dia 10 de outubro pela empresa para a exposição que acontecerá durante todo o mês de outubro, na loja comercial da Águas Piquete.

Essa ação faz parte de um conjunto de eventos realizados junto à comunidade, com o intuito de conscientizar a importância de cuidar do meio ambiente e o uso racional da água. "É um evento lúdico que estimula a criatividade das crianças, além de gerar atitudes mais sustentáveis pensando na preservação ao meio ambiente e dos recursos naturais", disse a gerente da Águas Piquete, Indiara Jogas.

Segundo Jucelia Barbosa, coordenadora pedagógica da Secretaria da Educação e Cultura, "esta parceria com a Águas Piquete, na realização do projeto, motivou os alunos a agirem como protagonistas no processo de educação ambiental".

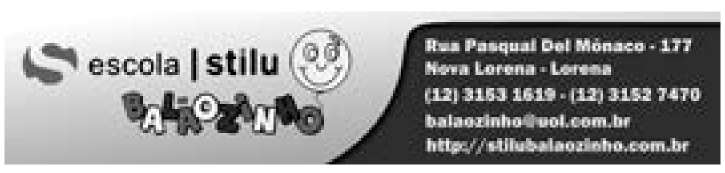
PREFEITURA DE Lorena
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
Rua Benedito Marcondes de Moura Sobrinho – 38 – CEP 12.601.060 - LORENA – SP
Tel: (12) 3159-3300 – email saude@lorena.sp.gov.br

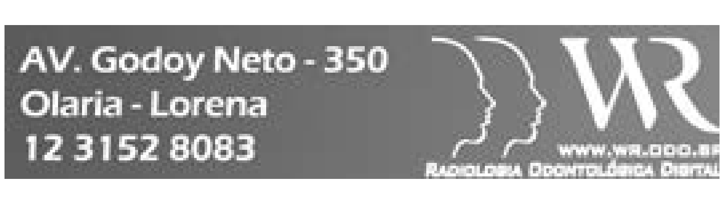
O GERENTE DA VIGILÂNCIA SANITÁRIA DA SECRETARIA MUNICIPAL DA SAÚDE DE LORENA [illegible]
LAVRATURA EM 24 DE JULHO DE 2019 DO AUTO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE DE ADVERTÊNCIA [illegible]
Em nome de [illegible]
[illegible]

O GERENTE DA VIGILÂNCIA SANITÁRIA DA SECRETARIA MUNICIPAL DA SAÚDE DE LORENA [illegible]
LAVRATURA EM 16 DE JULHO DE 2019 DO AUTO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE DE MULTA [illegible]
Em nome de CAROLINA MONTEIRO ANDRADE
CPF nº 362.637.138-79
Residente na Rua Delfim Bittencourt, nº 288, Centro, Lorena-SP
[illegible]

PREFEITURA DE LORENA
EXTRATO DE CONTRATO
PREGÃO PRESENCIAL Nº 71/2019 PROC. Nº 402/2019

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Lorena
OBJETO: Aquisição de material odontológico para o Centro de Especialidades Odontológicas I e II e Estratégias da Saúde da Família.
CONTRATADA: RIVALDO VALÉRIO NETO EPP - CNPJ: 14.459.158/0001-39
VENCEDORA DOS ITENS: 274, 542, 544, 546
VALOR TOTAL: R$ 1.304,25 (um mil trezentos e quatro reais vinte e cinco centavos)
VIGÊNCIA: 12 (doze) meses.
DATA DA ASSINATURA: 11/10/19
CONTRATADA: FABRÍCIO DE RAMOS & CIA LTDA EPP - CNPJ: 15.725.489/0001-36
VENCEDORA DOS ITENS: 13, 14, 19, 20, 21, 22, 231, 232
VALOR TOTAL: R$ 7.405,40 (sete mil quatrocentos e cinco reais e quarenta centavos)
VIGÊNCIA: 12 (doze) meses.
DATA DA ASSINATURA: 11/10/19





Editais Proclamas - Pindamonhangaba

Maria Auxiliadora da Silva Marcondes
Oficial de Registro Interina
Registro Civil das Pessoas Naturais e de Interdições e Tutelas da Sede Comarca de Pindamonhangaba SP
Rua Marechal Deodoro da Fonseca nº 50 - CEP.: 12401-000
Tel.: (X12) 3642-4185

Faço saber que pretendem casar-se e apresentaram os documentos exigidos pelo Art. 1.525, do Código Civil Brasileiro:
HERALDO COLON, de nacionalidade brasileira, profissão vendedor, estado civil divorciado, de 57 anos de idade, nascido em São Paulo-SP, no dia 28 de janeiro de 1962, residente e domiciliado Rua Tenente Sebastião Gomes, nº 187, Vila São Judas Tadeu, Pindamonhangaba SP, filho de FRANCISCO COLON e SALVADORA VALLE COLON.
VIVIANE CAMARGO FERREIRA, de nacionalidade brasileira, profissão autônoma, estado civil divorciada, de 48 anos de idade, nascida em São Paulo-SP, no dia 16 de março de 1971, residente e domiciliada Rua Tenente Sebastião Gomes, nº 187, Vila São Judas Tadeu, Pindamonhangaba SP, filha de SIDINEY FERREIRA e CACILDA CAMARGO FERREIRA. Apresentaram os documentos I, III, IV e V, do Art. 1.525, do Código Civil. Se alguém souber de algum impedimento, oponha-o na forma da Lei.
Pindamonhangaba, 08 de outubro de 2019.

Faço saber que pretendem casar-se e apresentaram os documentos exigidos pelo Art. 1.525, do Código Civil Brasileiro
MATHEUS RIBEIRO SANTANA, nacionalidade brasileira, natural de Pindamonhangaba SP, solteiro, nascido a 28 de novembro de 1994, operador de empilhadeira, residente Rua Maria Benedicta nº 5, Residencial Solo Rico, Bairro das Campinas, Pindamonhangaba SP, filho de NELSON RIBEIRO SANTANA FILHO e MARIA INÊS DE ALMEIDA SANTANA.
DÉBORA DÁRIO DE OLIVEIRA, nacionalidade brasileira, natural de Pindamonhangaba SP, solteira, nascida a 28 de dezembro de 1997, operadora de monitoramento, residente Rua Antônio Quirino da Conceição nº 86, Feital, Moreira César, Pindamonhangaba SP, filha de MARCOS ROBERTO DE OLIVEIRA e de DIONEIDE DÁRIO FERREIRA DE OLIVEIRA. Apresentaram os documentos I, III, e IV, do Art. 1.525, do Código Civil. Se alguém souber de algum impedimento, oponha-o na forma da Lei.
Pindamonhangaba, 10 de outubro de 2019.

Faço saber que pretendem casar-se e apresentaram os documentos exigidos pelo Art. 1.525, do Código Civil Brasileiro:
RICARDO DOMICIANO DINIZ, de nacionalidade brasileira, profissão operador logístico, estado civil divorciado, de 41 anos de idade, nascido em Pindamonhangaba-SP, no dia 26 de abril de 1978, residente e domiciliado Rua Ferdinando Bolis nº 231, Crispim, em Pindamonhangaba SP, filho de OSVALDO DINIZ e MARIA APARECIDA DINIZ.
GABRIELA CRISTINI PEREIRA, de nacionalidade brasileira, profissão auxiliar de saúde bucal, estado civil solteira, de 32 anos de idade, nascida em Pindamonhangaba-SP, no dia 14 de julho de 1987, residente e domiciliada Rua Ferdinando Bolis nº 231, Crispim, em Pindamonhangaba SP, filha de CARLOS PEREIRA e MARCIA DE FÁTIMA MOREIRA PEREIRA. Apresentaram os documentos I, III, IV e V, do Art. 1.525, do Código Civil. Se alguém souber de algum impedimento, oponha-o na forma da Lei.
Pindamonhangaba, 11 de outubro de 2019.

Faço saber que pretendem casar-se e apresentaram os documentos exigidos pelo Art. 1.525, do Código Civil Brasileiro:
MARIO ARAUJO VILLELA, de nacionalidade brasileira, profissão estudante, estado civil solteiro, de 29 anos de idade, nascido em São José dos Campos-SP, no dia 11 de novembro de 1989, residente e domiciliado Rua Dr. Emilio Winther nº 257, aptº. 11, Centro, em Taubaté SP, filho de LAURO CARDOSO VILLELA e MARIA AUXILIADORA JUNHO DE ARAUJO VILLELA.
ANA CLÁUDIA LIMA DE SANTANA, de nacionalidade brasileira, profissão fisioterapeuta, estado civil solteira, de 27 anos de idade, nascida em Pindamonhangaba-SP, no dia 22 de abril de 1992, residente e domiciliada Rua Manoel Cembranelli nº 411, Chácara da Galega, em Pindamonhangaba SP, filha de JAIME LIMA DE SANTANA e EDNEIA SEBASTIANA DE SANTANA. Apresentaram os documentos I, III e IV, do Art. 1.525, do Código Civil. Se alguém souber de algum impedimento, oponha-o na forma da Lei.
Pindamonhangaba, 11 de outubro de 2019.

Faço saber que pretendem casar-se e apresentaram os documentos exigidos pelo Art. 1.525, do Código Civil Brasileiro:
MARIO SHINDI KAJIYA, de nacionalidade brasileira, profissão comprador, estado civil solteiro, de 34 anos de idade, nascido em Jacareí-SP, no dia 23 de maio de 1985, residente e domiciliado à Rua Augusto Camilo Souza, nº 31, Andrade, Pindamonhangaba-SP, filho de MACOTO KAJIYA e MARIA TEREZA KAJIYA.
ANA LÍDIA CHIARADIA FARIA, de nacionalidade brasileira, profissão vendedora, estado civil solteira, de 31 anos de idade, nascida em Jacareí-SP, no dia 02 de maio de 1988, residente e domiciliada à Rua Augusto Camilo Souza, nº 31, Andrade, Pindamonhangaba-SP, filha de MARCIO CESAR FARIA e MARIA LÚCIA CHIARADIA. Apresentaram os documentos I, III e IV, do Art. 1.525, do Código Civil. Se alguém souber de algum impedimento, oponha-o na forma da Lei.
Pindamonhangaba, 11 de outubro de 2019.

Conselhos tutelares elegem novos representantes nas cidades da região

Letícia Noda
Região

As cidades da região divulgaram essa semana os resultados das eleições para Conselho Tutelar, que ocorreram no último domingo (6). Em muitos municípios o comparecimento foi maior que o esperado. O voto não é obrigatório e é aberto para qualquer pessoa com título de eleitor.

Os conselheiros tutelares são responsáveis por zelar pelo cumprimento dos direitos e proteção de crianças e adolescentes. A Conanda (Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente) recomenda que para cada cem mil habitantes seja estabelecido um Conselho Tutelar. A eleição é organizada pelos conselhos municipais de direito da criança e do adolescente fiscalizadas pelo Ministério Público. Os representantes eleitos assumem o cargo no dia 10 de janeiro de 2020, com mandato de quatro anos, podendo concorrer à reeleição por várias vezes.

Confira os conselheiros tutelares eleitos nas cidades do Vale

Aparecida:
Chalita (773 votos)
Ana Paula (613 votos)
Manuela (530 votos)
Willer (529 votos)
Denis (475 votos)

Cachoeira Paulista:
Tonho Rossato (236 votos)
Fatinha Amorim (170 votos)
João Victor (150 votos)
Iziane Ribeiro Lopes (122 votos)
Neusa Manicure (99 votos)

Cruzeiro:
Lucas Vasconcelos Pinto (332 votos)
Natália Moura Fernandes (271 votos)
Priscila Barbosa (211 votos)
Domingos Sávio de Andrade Almeida (185 votos)
Núbia Cilene (163 votos)

Canas:
Aline Aparecida Nunes do Santos (273 votos)
Cibele Aparecida Barbosa Yamanaka (250 votos)
Milton Carlos Vitor (Mirtão) (244 votos)
Patrícia Buzato da Silva Honorato (202 votos)
Denise Alessandra dos Santos Silva (192 votos)

Guaratinguetá:
Cavalca (345 votos)
Leila Pisani (340 votos)
Eliana Carvalho (319 votos)
Meire Ferraz (311 votos)
Mireli Betti (229 votos)

Lorena:
Ricardo Ballerini (697 votos)
Patrick Dantas (592 votos)
Rodrigo Müller (579 votos)
Renata Silva (538 votos)
Adriana Alves (510 votos)

Pindamonhangaba:
Maria Helena dos Santos Vila Nova (327 votos)
Juliana Bertolino (305 votos)
Cris Oliveira (280 votos)
Karol Honorato Silva (258 votos)
Desirée (209 votos)
Patricia Garcez (162 votos)
Rodolfo Rocha (152 votos)
Tatiana Derrico (148 votos)
Luciana Ferreira (117 votos)
Regina Faria (117 votos)

Potim:
Pedrinho Locutor (583 votos)
Ana Katia (499 votos)
Rodrigo Abreu (397 votos)
Adriana Drica (393 votos)
Irmã Clarinha (375 votos)

Silveiras:
Leila (175 votos)
Indianara Vaz (138 votos)
Marcelo Davi (94 votos)
Marinalva (81 votos)
Nilciane (67 votos)

Ubatuba:
Edson dos Santos Silva (434 votos)
Solange Teixeira da Silva Ribeiro (388 votos)
Ezequias Bento da Silva (358 votos)
Natália Barboza dos Santos – Natália Sukita (298 votos)
Ofélia de Oliveira Silva (220 votos)

Após cancelar concurso, Pinda e Iuds divergem sobre devolução das inscrições

Ressarcimento de taxas pagas por quase 32 mil candidatos motiva novo atrito; certame estava suspenso desde 6 de agosto

Foto: Letícia Noda

A Prefeitura de Pinda, que após cancelamento de concurso, tem atrito com Instituto sobre devoluções de taxas para concursandos

Lucas Barbosa
Pindamonhangaba

Atendendo a reivindicação de diversos candidatos, a Prefeitura de Pindamonhangaba anunciou na tarde da última quarta-feira o cancelamento de seu concurso público realizado no início de agosto. Para o descontentamento dos participantes, o Executivo e o organizador Iuds (Instituto Universal de Desenvolvimento Social) discordam sobre a responsabilidade do processo de devolução do dinheiro das inscrições.

De acordo com a Prefeitura, a anulação foi motivada por denúncias de participantes sobre supostas falhas e irregularidades na organização do certame.

O prefeito Isael Domingues (PR) justificou que a decisão foi tomada após mais de cem candidatos protocolarem denúncias no Ministério Público e outros quase setenta na Ouvidoria Municipal sobre erros cometidos pelo Iuds, contratado no segundo semestre deste ano para organizar o concurso.

Os participantes afirmam que houve desorganização na realização das provas, superlotação das salas, atraso no início dos exames, ausência de fiscais nas salas de aula e lacres de provas com potencial para serem violados.

Além de revelar que espera que um novo concurso seja realizado ainda este ano, Isael fez outros apontamentos sobre o imbróglio. "A Prefeitura é a maior interessada na realização do concurso e contratação de novos funcionários que irão atuar nos prédios que estamos prestes a inaugurar. Queremos ressaltar ainda nossa indignação e que estamos a favor dos 'concurseiros', mas queremos um certame que seja realizado dentro da maior lisura e tranquilidade possível".

Segundo o secretário de Negócios Jurídicos, Anderson Alves, o contrato firmado com o Iuds estabelece que é do Instituto a responsabilidade pela devolução do dinheiro das inscrições aos candidatos.

Em nota oficial, o setor jurídico do Iuds informou que a empresa não foi comunicada pela Prefeitura sobre o cancelamento do concurso. Contradizendo o posicionamento do Executivo, a nota frisa que "qualquer informação de cancelamento e devolução de valores é de inteira responsabilidade da Prefeitura que divulgou o cancelamento antes mesmo da finalização da investigação do Ministério Público que opinou até o momento pela suspensão do concurso (trecho do documento)".

Histórico – Contando com quase 32 mil inscritos, o concurso oferecia 127 vagas, distribuídas por 49 cargos, para os candidatos que buscavam ingressar no quadro de servidores da Prefeitura de Pindamonhangaba.

Organizado pelo Iuds, que venceu o processo licitatório que contou com outras sete concorrentes, o certame teve sua prova aplicada em 4 de agosto em 12 instituições privadas de ensino distribuídas por Pinda e Taubaté.

Mas após cerca de trinta candidatos registrarem boletim de ocorrência na Polícia Civil e protocolar denúncias na Ouvidoria Municipal, a Prefeitura decidiu em 6 de agosto suspender o andamento do concurso. À época, o Iuds negou qualquer irregularidade e apontou que um grupo isolado de candidatos agiu propositalmente para tumultuar o processo seletivo.

Prefeitura destina Praça Anchieta para eventos culturais em Ubatuba

Programa conta com exposições e vendas de artesanatos além de dança, teatro e música

Letícia Noda
Ubatuba

A Prefeitura de Ubatuba assinou um decreto que destina a praça Anchieta, localizada em frente ao Sobradão do Porto, para atividades culturais da Fundart (Fundação de Arte e Cultura). Com uma área de 222m², o local contará com uma feira de artesanatos composta por dez barracas que serão instaladas aos sábados, a partir das 18h e durante feriados prolongados.

Foto: Divulgação PMU

O prefeito Délcio Sato destinou a Praça Anchieta para a Fundart

Segundo a presidente da Fundart, Camila Marujo, "a medida tem como objetivo fomentar o desenvolvimento turístico e cultural, incentivando o livre desenvolvimento e manifestação da cultura local".

Ela afirmou que as atividades estão programadas para serem iniciadas em novembro com exposição e venda dos artistas. Há também a intenção de ter um cronograma com outras atividades ligadas à arte. "Estamos fechando uma programação específica com música, teatro e outras linguagens artísticas", destacou.

Ainda de acordo a presidente, o espaço, repassado na última segunda-feira (7), vai priorizar os artistas cadastrados nos setoriais de Cultura da Fundação e que possuam participação ativa.

A atual coordenadora do setorial de Artesanato, Marly Zucchi, explicou o esforço articulado há mais de dois anos. "Fizemos um projeto para o local e, em conjunto com a diretoria da Fundart, elaboramos um regulamento que garanta que o objetivo da feira não se perca e que as regras se mantenham, independente de quem estiver à frente da prefeitura. Agradeço à atual gestão por seu compromisso com as artes", completa Marly.

Camila Marujo contou que, além da feira, pensa em um espaço cultural amplo que inclua o conjunto de expressões artísticas como música, dança e teatro.

Os artistas interessados em fazer parte dos setoriais da Fundart podem realizar sua inscrição por meio de um formulário online disponível no site da Fundação.

A Fundart – O órgão é responsável pela gestão cultural em Ubatuba. Pioneira no Litoral Norte, com mais de trinta anos de atuação no campo da cultura, a Fundação tem por finalidade planejar e executar a política cultural do município por meio de programas, projetos e atividades com foco no desenvolvimento cultural.

Exposição de gado leiteiro é atração em Guaratinguetá

Da Redação
Guaratinguetá

Guaratinguetá será palco da maior exposição de gado leiteiro do estado de São Paulo, a Leite Show 2019. O evento será realizado entre os dias 23 e 26, no Recinto de Exposições, junto ao 3º Simpósio de Pecuária Leiteira Integra Vale e receberá a etapa do Circuito Nacional das Raças Jersey e Holandês.

A exposição terá julgamento da Raça Girolando e contará com cerca de cinquenta estandes comerciais de empresas do segmento (produtos veterinários, rações, medicamentos, máquinas agrícolas, concessionárias de veículos, tratores, implementos agrícolas) e praça de alimentação.

A entrada dos animais será a partir do dia 19, às 10h, até o dia 22 às 18h. A programação conta com a terceira edição do Simpósio de Pecuária Leiteira Integra Vale, que terá início no dia 23, às 7h30. O evento tem como objetivo promover a difusão de conhecimento técnico-científico nas diversas áreas que envolvem a pecuária de leite.

O Recinto fica na rodovia Prefeito Aristeu Vieira Vilela, nº 1.700, às margens do km 60 da rodovia Presidente Dutra, sentido RJ-SP. A entrada é gratuita.

Outras informações, programação completa e as regras para inscrições de animais estão no site do evento, leiteshow.com.br.